

Revolução não é Ditadura

A Gestão Direta das Bases do Socialismo

Luigi Fabbri

Conteúdo

Concepção Anarquista da Revolução	6
Violência Libertária e Violência Governamental	8
Anarquismo, Teoria da Revolução	10
Liberdade em Processo de Mudança	12
Papel das Minorias Revolucionárias	14
O “Terrorismo Popular”	16
Insurreição e Expropriação	19
Não é Apenas uma Mudança Política	21
A Expropriação Deve Ser Imediata	24
Sobre a Teoria das “Etapas Fatais”	27
Que Ninguém seja Submetido ou Explorado	30
Duas Fases da Revolução Socialista	32
A Partir de Agora: Capacitação e Programa	34
O Medo da Liberdade	36
Pretextos Intelectuais para a Ditadura	38

Colete de Força para a Revolução	41
Os Temidos “Excessos Revolucionários”	43
Nem Espontaneísmo nem Uniformização	45
Abolição de Todas as “Elites”	47
A Produção Durante o Processo de Mudança	49
Sobre a Disciplina do Trabalho	51
Formas Diversas: Dentro do Socialismo	53
A Atitude Correta Para Com o Campesinato	55
Delegação de Funções e Não Delegação de Poderes	58
A Defesa Armada da Revolução	61
A Revolução Francesa e o Julgamento de Mikhail Bakunin	63
Técnicas Militares Adequadas	65
Uma Defesa Anárquica da Revolução	68
Defender a Revolução: Um Dever Supremo	70
Uma forte orientação libertária	73
Papel dos Anarquistas em Períodos de Transição	75
O Período Revolucionário Não Será Curto	77
Sobre Uma Confusão Oportunista	80

Soviets ou Conselhos Operários	82
“O Partido Revolucionário Por Excelência Deve Ser Anarquista”	85
O Anarquismo Militante e a Revolução Do Nosso Tempo	87
A Concepção Anarquista	89
A Política Dos Anarquistas	92
Rumo À Revolução Da Liberdade	94
Justificativa Moral Para A Violência Revolucionária	96
Em Todos Os Casos: Participe Ativamente	98
Não Pode Haver Revoluções “Puras”	101
Educação Prática Para A Revolta	103
Utopias Reformistas	105
A Revolução Obriga A Escolher Uma Posição De Luta	107

Concepção Anarquista da Revolução

A revolução, na linguagem política e social – e também na linguagem popular – é um movimento geral através do qual um povo ou uma classe, deixando a legalidade e transformando as instituições atuais, rompendo o pacto leonino imposto pelos dominadores às classes dominadas, com uma série mais ou menos longa de insurreições, revoltas, motins, ataques e lutas de todos os tipos, derruba definitivamente o regime político e social a que estava submetido até então e instaura uma nova ordem.

O colapso de um regime geralmente ocorre em um período de tempo relativamente curto.

A revolução e, portanto, a demolição de fato de um regime político e social preexistente, é na verdade o culminar de uma evolução anterior que se traduz na realidade material rompendo violentamente as formas sociais e o envelope político que já não consegue contê-la. Termina com o retorno ao estado normal, quando a luta cessa, se a vitória permite que a revolução estabeleça um novo regime, se sua derrota parcial ou total restaura parcial ou totalmente o antigo, dando origem à contrarrevolução.

A principal característica, pela qual se pode dizer que a revolução começou, é o afastamento da legalidade, a quebra do equilíbrio e da disciplina do Estado, a impunidade e a ação vitoriosa da rua contra a lei. Antes de um evento específico e decisivo desse tipo, ainda não há revolução. Pode haver um estado de espírito revolucionário, uma preparação revolucionária, um estado de coisas mais ou menos favorável à revolução; Podem ocorrer episódios mais ou menos afortunados de revolta, tentativas de insurreição, greves violentas ou não, manifestações sangrentas, ataques, etc. Mas enquanto a força estiver do lado da velha lei e do velho poder, o período revolucionário ainda não entrou.

A luta contra o Estado, defensor armado do regime, é portanto a condição *sine qua non* da revolução. Isso tende a limitar tanto quanto possível o poder do Estado e a desenvolver o espírito de liberdade; empurrar ao máximo as pessoas, os súditos da véspera, os explorados e os oprimidos, para o uso de todas as liberdades individuais e coletivas.

No exercício da liberdade, não impedida por leis e governos, está a salvação de toda revolução, a garantia de que ela não será limitada ou interrompida em seu progresso, sua melhor salvaguarda contra as tentativas internas e externas de destruí-la.

*

*

Violência Libertária e Violência Governamental

Dizem alguns: “Compreendemos que, sendo vocês anarquistas, contrários a qualquer ideia de governo, são opositores da ditadura, que é a sua expressão mais autoritária; mas não se trata de propô-la como um fim, mas como um meio, hostil talvez, mas necessário, pois a violência é também um meio necessário, mas antipático, durante o período revolucionário provisório, indispensável para superar a resistência e os contra-ataques burgueses”.

Uma coisa é violência e outra é autoridade governamental, ditatorial ou não. Embora seja verdade, com efeito, que todas as autoridades governamentais se baseiam na violência, seria impreciso e errôneo dizer que toda “violência” é um ato de autoridade, de modo que se a primeira é necessária, a segunda é indispensável.

A violência é um meio que assume o caráter da finalidade com que é adotado, da forma como é utilizado e das pessoas que o utilizam. É um ato de autoridade quando é adotado para impor aos outros um comportamento ao gosto do governante, quando é emanção do governo ou do empregador e serve para manter povos e classes na escravidão, para impedir a liberdade individual dos súditos, *para fazer cumprir pela força*. É, ao contrário, violência libertária, ou seja, um ato de liberdade e libertação, quando é usada contra quem comanda por quem não quer mais obedecer; quando visa prevenir, diminuir ou destruir qualquer tipo de escravidão, individual ou coletiva, econômica ou política, e é adotada pelos oprimidos diretamente, indivíduos ou povos ou classes, contra o governo e as classes dominantes. Essa violência é a revolução em ação. Mas deixa de ser libertário e, portanto, revolucionário quando, assim que o antigo poder vence, quer se tornar poder e se cristaliza em qualquer forma de governo.

Este é o momento mais perigoso de qualquer revolução: isto é, quando a violência libertária e revolucionária vitoriosa se transforma em violência autoritária e contrarrevolucionária, moderando e limitando a vitória popular insurrecional, é o momento em que a revolução pode se devorar, se são jacobinos, ganham vantagens as tendências do Estado, que até agora, através do socialismo marxista, se mostraram a favor da instauração de um governo ditatorial. O dever específico dos anarquistas, derivado de suas próprias concepções teóricas e práticas, é reagir contra tais tendências autoritárias e liberticidas, com propaganda hoje, com ação amanhã.

Aqueles que fazem uma distinção entre anarquia teórica e anarquia prática, para argumentar que a anarquia prática não deve ser anárquica, mas ditatorial, eles não entenderam bem a essência do anarquismo, no qual não é possível separar a teoria da prática na medida em que, para os anarquistas, a teoria surge da prática e é por sua vez um guia de conduta, uma verdadeira e adequada pedagogia da ação.

*

Anarquismo, Teoria da Revolução

Muitos acreditam que a anarquia consiste apenas na afirmação revolucionária e ideal ao mesmo tempo, de uma sociedade sem um governo a ser estabelecido no futuro, mas não relacionado à realidade atual; Segundo eles, hoje podemos ou devemos agir em contradição com os fins que nos propomos, sem escrúpulos e sem limites. Assim, no que diz respeito à anarquia, ontem nos aconselharam a votar *provisoriamente* nas eleições, como hoje propõem que aceitemos *provisoriamente* a dita ditadura proletária ou revolucionária.

Mas nada disso! Se fôssemos anarquistas apenas no fim e não nos meios, nosso partido seria inútil; porque a frase de Bovio de que *o pensamento é anárquico e a história caminha para a anarquia pode ser dita e aprovada* (como de fato muitos dizem que a subscrevem), também por aqueles que são ativos em outros partidos progressistas. O que nos distingue, não apenas na teoria, mas também na prática, de outros partidos é que não temos apenas um propósito anarquista, mas também um movimento anarquista, uma metodologia anarquista, na medida em que pensamos que o caminho a percorrer, seja no período preparatório da propaganda ou no período revolucionário, é o caminho da liberdade.

A função do anarquismo não é tanto profetizar um futuro de liberdade quanto prepará-lo. Se todo o anarquismo consistisse na visão longínqua de uma sociedade sem Estado, ou na afirmação de direitos individuais, ou em uma questão puramente espiritual, abstrata da realidade vivida e concernente apenas a consciências particulares, não haveria necessidade de um movimento político e social anarquista. Se o anarquismo fosse simplesmente uma ética individual, para cultivar em si, adaptando-se ao mesmo tempo na vida material a atos e movimentos em contradição com ela, poderíamos nos denominar anarquistas e pertencer ao mesmo tempo aos mais diversos partidos; e muitos poderiam ser chamados de anarquistas que, apesar de serem em si mesmos espiritual e intelectualmente emancipados, são e permanecem na prática como nossos inimigos.

Mas o anarquismo é outra coisa. Não é um meio de se fechar na torre de marfim, mas uma demonstração do povo, proletário e revolucionário, uma participação ativa no movimento pela emancipação humana com um critério e propósito igualitário e libertário ao mesmo tempo. A parte mais importante do seu programa não consiste apenas no sonho, que porém queremos que se realize, de uma sociedade sem patrões e sem governos, mas sobretudo na *concepção libertária da revolução*, na revolução contra o Estado e não pelo Estado, na ideia de que a *liberdade* não é apenas o calor vital que anima o futuro novo mundo, mas também e principalmente hoje, uma arma de combate ao velho mundo. Nesse sentido, o anarquismo é uma teoria verdadeira e apropriada da revolução.

Tanto a propaganda de hoje quanto a revolução de amanhã têm e, portanto, precisarão da máxima liberdade possível para se desenvolver. Isso não impede que eles sejam devidos e possam continuar os mesmos, mesmo que uma porção maior ou menor de liberdade seja tirada de nós; mas nosso interesse é ter e amar tanto quanto possível. Do contrário, não seríamos anarquistas. Em outras palavras, pensamos que quanto mais trabalharmos livremente, mais contribuiremos, não apenas para a abordagem da anarquia, mas também para consolidar a revolução; enquanto vamos afastar e enfraquecer a revolução sempre que recorrermos a sistemas autoritários. Defender a liberdade para nós e para todos, lutar por uma liberdade sempre mais ampla e completa, tal é, então, nosso papel hoje, amanhã e para sempre, na teoria e na prática.

Liberdade em Processo de Mudança

Nos perguntam, “Liberdade também para nossos inimigos?”. A pergunta é ingênua e enganosa. Com os inimigos lutamos e na luta não se reconhece ao inimigo nenhuma liberdade, nem mesmo a de viver. Se fossem apenas inimigos teóricos, se os encontrássemos desarmados, incapazes de ameaçar nossa liberdade, privados de todos os privilégios e, portanto, em igualdade de condições, então seria admissível. Mas nos preocupamos com a liberdade de nossos inimigos quando temos algum jornal pobre e alguns semanais, enquanto eles têm centenas de jornais de grande circulação, quando eles estão armados e nós desarmados, enquanto eles estão no poder e nós somos os súditos, enquanto eles são ricos e nós pobres. Seria ridículo ... Seria o mesmo que dar a um assassino a liberdade de matar! Negamos essa liberdade e sempre a negaremos, mesmo no período revolucionário, enquanto eles mantiverem suas condições de algozes e não tivermos conquistado plena e completamente nossa liberdade, não só de direito, mas também de fato.

Mas não podemos conquistar essa liberdade, exceto empregando-a também como um instrumento, onde a ação depende de nós; isto é, dar a partir de hoje uma direção cada vez mais livre e libertária ao nosso movimento, o movimento proletário e popular; desenvolver o espírito de liberdade, autonomia e livre iniciativa nas massas; educando-os em uma crescente intolerância a todo poder autoritário e político, estimulando o espírito de independência de julgamento e ação para com os chefes de todas as espécies; acostumar o povo ao desprezo de toda restrição e disciplina impostas por outros e de cima, isto é, não é o freio da própria consciência e da disciplina livremente recebida e aceita, e apoiada apenas enquanto for considerada boa e útil para os fins revolucionários e libertários que propomos.

É claro que uma massa educada nesta escola, um movimento que tem essa direção (como é o movimento anarquista) encontrará na revolução a oportunidade e os meios para se desenvolver em seu próprio sentido até limites nem mesmo imagináveis hoje, e esse será o obstáculo natural e voluntário ao mesmo tempo à formação e consolidação de qualquer governo mais ou menos ditatorial. Entre esse movimento em direção a uma liberdade cada vez maior e a tendência centralizadora e ditatorial, só pode haver um conflito mais ou menos forte e violento, com tréguas maiores ou menores, dependendo das circunstâncias. Mas nunca pode haver harmonia!

E isso deve acontecer não por causa de uma ilusão exclusivamente doutrinária e abstrata, mas porque os negadores do poder – este é, repetimos, o lado mais importante da teoria anarquista, que quer ser a mais prática das teorias – pensam que a revolução sem a liberdade nos levaria a uma nova tirania; que o governo, pelo simples fato de sê-lo, tende a deter e limitar a revolução; e que é do interesse da revolução e de seu desenvolvimento progressivo combater e obstruir qualquer centralização de poderes, impedir a formação de qualquer governo, se possível, ou impedir que seja fortalecido, estabilizado e consolidado. Vale a pena dizer que o interesse da revolução é contrário à tendência que toda ditadura tem em si, por mais proletária ou revolucionária que seja, de se tornar forte, estável e sólida.

Mas não! Outros respondem; Seria uma ditadura *provisória* enquanto durasse o trabalho de destruição da burguesia, para combatê-la, derrotá-la e expropriá-la.

Quando se fala em *ditadura*, entende-se sempre como provisória, mesmo no sentido burguês e histórico da palavra. Todas as ditaduras, em tempos passados, eram provisórias nas intenções de seus promotores e, nominalmente, também de fato. As intenções, em tal caso, valem pouco, pois se trata de formar um organismo complexo que seguiria sua natureza e suas leis, e anularia qualquer intenção contrária ou limitadora a priori. O que devemos ver é: primeiro, se as consequências do regime ditatorial são mais prejudiciais do que vantajosas para a revolução; em segundo lugar, se os fins destrutivos e reconstrutivos a que se destinava a ditadura também não podem ser alcançados, ou melhor ainda, sem ela, pelo amplo caminho da liberdade.

Acreditamos que isso seja possível; e que a revolução é mais forte, mais incoercível, mais difícil de derrotar quando não tem um centro onde possa ser ferida; Quando está em toda parte, em todos os pontos do território e em todas as partes, o povo passa livremente a realizar os dois objetivos principais da revolução: a remoção da autoridade e a expropriação dos patrões.

Papel das Minorias Revolucionárias

Quando censuramos a concepção ditatorial da revolução pelo grave erro de impor a vontade de uma pequena minoria à grande maioria da população, somos respondidos que *as revoluções são feitas por minorias*.

Também na literatura anarquista esta expressão é frequentemente repetida, o que de fato contém uma grande verdade histórica. Mas é preciso entendê-lo em seu verdadeiro sentido revolucionário e não dar-lhe, como os bolcheviques, um sentido que nunca teve antes. Que as revoluções são feitas pela minoria é verdade ... até certo ponto. As minorias, na realidade, iniciam a revolução, tomam a iniciativa da ação, destroem as primeiras portas, derrubam os primeiros obstáculos, pois sabem ousar o que intimidaria as maiorias inertes ou conservadoras em seu amor por uma vida tranquila e em seu medo dos riscos.

Mas se quebrados os primeiros laços, as massas populares não seguem as audaciosas minorias, seu ato será seguido pela reação do antigo regime que se vingará, ou se resolve na substituição de um domínio por outro, de um privilégio para outro. Em outras palavras, a minoria rebelde deve ter mais ou menos o consentimento da maioria, interpretar necessidades e sentimentos latentes e, tendo superado o primeiro obstáculo, realizar as aspirações populares, deixando as massas livres para se organizarem a seu modo e se tornarem, em certo sentido, a maioria.

Se isso não acontecer, não estamos dizendo que a minoria deixa de ter o mesmo direito à revolta de antes. De acordo com o conceito anarquista de liberdade, todos os oprimidos têm o direito de se rebelar contra a opressão, tanto o indivíduo quanto a comunidade, as minorias assim como a maioria. Mas uma coisa é rebelar-se contra a opressão e outra é tornar-se opressor, como já dissemos muitas vezes. Mesmo quando as maiorias toleram a opressão ou são suas cúmplices, a minoria que se sente oprimida tem o direito de se rebelar, de desejar sua liberdade. Mas a maioria teria o mesmo ou maior direito contra qualquer minoria que tentasse processá-la sob algum pretexto.

Quanto ao resto, em eventos reais, os opressores sempre constituem uma minoria, quer oprimem abertamente em seu próprio nome, quer exerçam opressão em nome de coletividades ou maiorias hipotéticas. A revolta é, portanto, a princípio, obra de uma minoria consciente, insurgida em meio a uma maioria oprimida, contra outra minoria tirânica; Mas tal revolta transformada em revolução só pode ter eficácia renovadora ou libertadora se com seu exemplo conseguir sacudir a maioria, arrastá-la, colocá-la em movimento, conquistar seu apoio e adesão.

Abandonada ou rejeitada pelas maiorias populares, a revolta, se derrotada, ficará para a história como um movimento heroico e malfadado, um precursor fecundo dos tempos, uma etapa sangrenta mas indispensável de uma vitória certa no futuro. Por outro lado, se a minoria rebelde sair vitoriosa e se tornar dona do poder apesar da maioria, em um novo jugo sobre o pescoço dos súditos, ela mataria a própria revolução.

Em certo sentido, pode-se dizer que se uma minoria rebelde não consegue arrastar para trás a maioria dos oprimidos, seria mais útil para a revolução se ela fosse derrotada e sacrificada. Pois se, com a vitória, ela se transformasse em opressora, ela extinguiria nas massas toda a fé na revolução, fazendo uma revolução talvez odiosa da qual surge nada menos que uma nova tirania, cujo peso e cujo mal seria sentido por todos, seja qual for o pretexto e o nome com que o cobriu.

O “Terrorismo Popular”

Especialmente depois da revolução russa, a ideia do poder ditatorial da revolução foi defendida como um meio necessário de luta contra os inimigos internos, contra as tentativas de ex-dominadores ansiosos por reconquistar o poder econômico e político. O governo serviria assim para organizar, nos primeiros momentos de maior perigo, o terrorismo antiburguês em defesa da revolução. Falamos de “terrorismo” não em seu significado particular de política terrorista do governo, mas no sentido geral do uso da violência até os limites extremos mais mortíferos, que pode ser executado tanto por um governo, por meio de seus guardas, quanto diretamente pelo povo durante um motim e durante a revolução.

Não negamos absolutamente a necessidade do uso do terror, especialmente quando eles vêm em auxílio de inimigos internos, com suas forças armadas, inimigos externos. O terrorismo revolucionário é uma consequência inevitável, pois o território, onde a revolução ainda não foi suficientemente reforçada, é invadido por exércitos reacionários. Qualquer emboscada da contrarrevolução, no interior, é desastrosa demais em tais circunstâncias para que não deva ser exterminada com sangue e fogo.

O terror se torna inevitável quando a revolução é cercada por todos os lados. Sem a ameaça externa, as ameaças contrarrevolucionárias internas não causariam medo; a visão de sua impotência material é suficiente para mantê-los inativos. Deixá-los sozinhos também pode ser um erro e talvez um perigo para o futuro, mas eles não são um perigo imediato.

É por isso que você pode facilmente se deixar levar por um sentimento de generosidade e piedade para com seus próprios inimigos. Mas quando esses inimigos têm forças armadas além das fronteiras prontas para intervir em seu socorro, quando encontram aliados em inimigos externos, então se tornam um perigo, que se torna tanto mais forte quanto mais o outro perigo avança de fora. Sua supressão então se torna uma questão de vida ou morte.

Quanto mais inexorável for a revolução em tais armadilhas, melhor ela conseguirá evitar lutas maiores no futuro. Uma tolerância excessiva de hoje poderia tornar um rigor duplamente sério necessário amanhã. Se depois disso resultou a derrota da revolução, muitos outros estragos terríveis viriam para punir a fraqueza com o terror branco da contrarrevolução!

A burguesia não tem o direito de se escandalizar com o terrorismo da revolução, quando em suas revoluções fez o mesmo e depois usou o terror em seu benefício, usando-o contra o povo cada vez que este tentou seriamente se livrar do jugo, com uma ferocidade que nenhuma revolução jamais alcançou.

Como anarquistas, porém, fazemos todas as nossas reservas, não contra o uso do terror em linhas gerais, mas contra o terrorismo codificado, legalizado, tornado um instrumento de governo, mesmo que seja de um governo que se autodenomina e se acredita ser revolucionário. O *terrorismo autoritário*, na verdade, porque é tal, deixa de ser revolucionário, torna-se uma ameaça perene à revolução e também causa de fraqueza. A violência encontra sua justificativa na luta e na necessidade de se libertar da opressão violenta; mas a legalização da violência, o governo violento, já é uma arrogância, uma nova opressão.

Portanto, é uma causa de fraqueza que o terrorismo revolucionário seja exercido, não livremente pelo povo e apenas contra seus inimigos, nem por iniciativa independente dos grupos revolucionários, mas apenas pelo governo, com a consequência natural de que o governo persiga ao mesmo tempo que os verdadeiros inimigos da revolução, também a revolucionários sinceros, mais avançados do que ele, mas que não lhe são afetuosos. Além disso, o terrorismo, como ato de autoridade governamental, é mais suscetível a captar aquelas antipatias e aversões populares que estão sempre determinadas na oposição a qualquer governo, de qualquer tipo, e apenas por ser um governo. O governo, mesmo quando recorre a medidas radicais, pela sua responsabilidade e todo o complexo de influências que sofre de fora e de dentro, é inevitavelmente levado a considerações e atos mais violentos ou mais brandos por critérios sugeridos, ao invés do interesse do povo e da revolução, pela necessidade de defender seu poder e sua segurança pessoal presente ou futura ou também pelo simples bom nome de seus componentes.

Para se livrar da burguesia em cada lugar, para levar a cabo aquelas medidas sumárias que podem ser necessárias em uma revolução, não há necessidade de ordens de cima. Pois quem está no poder, por um senso natural de responsabilidade, pode ter hesitações e escrúpulos perigosos que as massas não têm. A ação popular direta – que poderíamos chamar de *terrorismo libertário* – é, portanto, sempre mais radical, sem falar que, localmente, é possível saber onde e como agir muito melhor do que a partir do distante poder central, que seria obrigado a contar com os tribunais, muito menos justos e ao mesmo tempo mais ferozes do que a justiça popular sumária. Esses tribunais, mesmo quando realizam atos de

verdadeira justiça, não agem por sentimento, mas por ordem, são, portanto, hostis ao povo por causa de sua frieza e tendem a cercar seus atos de crueldade, talvez necessários, com uma teatralidade inútil e com uma ostentação hipócrita de igualdade legislativa inexistente e impossível.

Em todas as revoluções, assim que a justiça popular se torna legal, organizada de cima, aos poucos, ela se torna injusta. Torna-se, talvez, mais cruel, mas também leva a ferir os próprios revolucionários, a respeitar frequentemente seus inimigos, a se tornar um instrumento de poder central em um sentido cada vez mais repressivo e contrarrevolucionário. Não só, então, como um instrumento de violência destrutiva, o poder pode ser dispensado na revolução, mas também a própria violência é mais efetiva e radical quanto menos se concentra em uma dada autoridade.

Nossas considerações aspiram, antes de tudo, a ter um valor no lugar onde vivemos, como norma e guia para uma eventual revolução mais ou menos próxima, para o qual temos o dever de não imitar cegamente o que é dito ou imaginar que isso foi feito em outro lugar, mas de preparar positivamente o terreno para *nossa* revolução, vendo o que é adequado e o que não é adequado para o seu triunfo, dadas as *nossas* condições, os meios que podemos ter e os fins que propomos com a revolução aqui, no *nosso* meio, com os nossos sentimentos e as *nossas* ideias.

Quem cita Lenin com tanta frequência deve lembrar, aliás, o conselho honesto que ele deu aos revolucionários húngaros, quando a infeliz revolução que tão mal terminou estourou ali, advertindo-os para não imitarem o que havia acontecido na Rússia, porque ali se cometiam erros que deviam ser evitados e porque o que poderia ser útil, necessário ou inevitável na Rússia, poderia, ao contrário, ser supérfluo ou prejudicial em outro lugar.

O conselho de Lenin é bom para os revolucionários em todos os países.

Insurreição e Expropriação

Da revolução surgirá um estado de coisas que será o resultado do livre desenvolvimento das forças populares dentro da própria revolução, da vontade do proletariado, emancipado do jugo patronal e governamental e reorganizado da forma que mais lhe aprouver conveniente. Os novos organismos, que terão sido formados para atender às necessidades da vida social; os vários grupos, pequenos ou grandes, locais ou regionais, nacionais ou internacionais, criados pelo impulso das mais variadas necessidades, serão o que os seus componentes desejarem.

O importante (para que a revolução não se faça inutilmente) é que ninguém mais possa explorar o trabalho dos outros, que ninguém seja obrigado a trabalhar para os outros, que alguns não sofram uma forma de organização imposta pela força, para os demais e que os diferentes grupos sejam livres para desenvolver sua própria atividade na órbita do bem coletivo (ou seja, de uma forma que não prejudique os outros) e cooperar com aqueles que têm com eles identidade de fins ou alguma necessidade comum de prover.

Quando o proletariado se livrou de seus dominadores políticos e econômicos, o maior erro seria impor a ele, contra sua vontade, um único tipo de organização social que, idealmente perfeita como seja, perderá todas as virtudes simplesmente por ser imposta sobre ele. A imposição violenta, por obra de um governo central e ditatorial, pode ter o sucesso momentâneo e aparente de todas as coisas feitas pela força. Mas quando, é claro, o violento esforço dos ditadores se esgotar, a revolta, há muito comprimida, estourará; e os governantes devem avisar a seu custo e risco que contribuam para tornar esse ideal em nome do qual exerceram autoridade e coerção odioso entre as massas.

**Não é Apenas uma Mudança
Política**

Uma das razões pelas quais os socialistas apoiam a ditadura é que precisaremos de um período de “governo forte” proletário, durante e depois da revolução, para levar a cabo e fazer a expropriação dos capitalistas.

“Conquistemos o governo com a revolução e, através dos poderes públicos formados de forma gradual, eleitoral ou insurrecional, pelos proletários, por um período mais ou menos longo mas sempre de alguns anos, procederemos à expropriação legal da burguesia. Eles continuarão existindo, a burguesia ainda não expropriada; e ainda haverá duas classes: o proletariado, a classe dominante e a burguesia, dominada e em vias de sua eliminação gradual”¹.

Aqueles que falam assim ainda concebem a revolução no antigo sentido político. Ou seja, eles querem uma revolução política. Logo, eles pensam que os socialistas chegarão ao poder, *depois*, segundo eles, serão eles que farão a revolução social por meio do governo. É uma daquelas formas de socialismo utópico que Friedrich Engels criticou por volta de 1878, argumentando com Dühring, demonstrando como a *força econômica é a causa primária do poder político*, ela não pode ser mantida nas mãos do proletariado se o proletariado não transformar *antes de tudo* os instrumentos de produção em propriedade do Estado, isto é, se antes de tudo não realizar a expropriação.

Os anarquistas, como se sabe, querem fazer a expropriação de uma forma diferente. Os instrumentos de produção devem passar diretamente para as mãos dos trabalhadores, seus organismos de produção. Também pensamos que o poder político não é apenas o efeito da força econômica, mas que ambos são, por sua vez, causa e efeito.

Mas mesmo desconsiderando as razões particulares, sugeridas pela concepção anarquista, e seguindo as ideias gerais admitidas pelos socialistas, especialmente pelos marxistas, parece-nos que está radicalmente errada a opinião daqueles que tentam tirar da ação insurrecional das massas a tarefa de expropriação para confiá-la a um governo revolucionário ou pós-revolucionário.

Não acreditamos nas virtudes reconstrutivas e organizadoras do Estado e por isso somos anarquistas; mas também aqueles que não são, pensando que uma forma estatal pode ser necessária para manter o corpo social unido, se eles são socialistas, e particularmente marxistas, eles não podem admitir como possível a existência de um estado proletário e socialista enquanto o patronato durar, isto é, enquanto o proletariado continuar a ser explorado e economicamente dominado pela burguesia.

Como poderia o proletariado ser e permanecer como uma classe dominante, politicamente, e ao mesmo tempo permanecer como uma classe economicamente subjugada? Isso nos parece um erro muito grave daqueles que, sugeridos pelo exemplo russo, não percebem que os socialistas podem não apenas cometer erros, mas também ser forçado pela força das circunstâncias a fazer o que não seria aconselhável de forma alguma em diferentes situações.

Se o proletariado, ou em seu nome uma minoria conscienciosa, conseguiu com a revolução derrubar o governo central burguês e não aproveitou imediatamente a ausência do cão de guarda para expropriar a burguesia em todas as partes do território; Se imediatamente a ação das grandes massas não substituiu ou entrou na briga ao lado da minoria que abriu o caminho, de modo que em todos os lugares os proletários assumissem a administração da propriedade, mas, pelo contrário, eles deixaram essa propriedade de pé (isto é, a burguesia permaneceu como proprietária da riqueza), e eles se contentaram em se tornar os governantes, ou melhor talvez nomeando-os, ou simplesmente sendo os privilegiados no direito de votar, é fácil prever os eventos sérios que ocorreriam sem a necessidade das habilidades de profeta.

A previsão é completamente marxista, mas não menos justa por isso. Após o primeiro momento de choque, o governo político voltará a ser *determinado* pelo fator econômico. Se os governantes se autodenominam, ou foram, socialistas ou proletários, pouco importa; Para se manter no poder, não podem ser mais do que a expressão mais ou menos disfarçada da classe que se manteve economicamente privilegiada. Se a maioria dos trabalhadores está então sob a dependência econômica da burguesia, quando os representantes forem eleitos, ela será eleita em grande parte por quem a burguesia quiser ... exatamente como hoje. Hoje a burguesia também vota, mas seus votos não seriam suficientes para constituir uma maioria parlamentar; e se a maioria do parlamento é burguesa é porque a maioria dos proletários vota em seus exploradores. Depois da revolução, se os padrões permanecerem assim, o sufrágio proletário universal servirá na melhor das hipóteses para criar uma forma de politicagem e

burocracia, especialmente intermediários entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, que, como todos os intermediários, com roupas e nomes novos, agiriam no interesse dos economicamente mais fortes.

A existência do governo no dia seguinte à revolução, enquanto não for possível aboli-lo, será um perigo permanente para a própria revolução; mas o perigo será duplo se o privilégio econômico continuar a existir ao seu lado, embora também seja formalmente hostil. Os dois privilégios, o do poder e o da riqueza, mais cedo ou mais tarde chegarão a um acordo contra as massas populares, e os frutos da revolução certamente serão dizimados. O governo, mesmo que se denomine socialista, não escapará às leis de sua natureza; as pessoas privilegiadas mudarão, as formas de privilégio, as divisões de classe, haverá mudanças de posições na riqueza, etc., mas o Estado, ao continuar existindo como fonte de privilégio político, tenderá sempre a refletir os interesses da classe que goza do privilégio econômico e, portanto, a preservá-lo, reduzindo os ramos secos, mas favorecendo sua reprodução contínua.

Para evitar tudo isso, mesmo segundo a concepção marxista que atribui ao Estado uma tarefa de reconstrução e organização, deixando a tarefa destrutiva para a revolução, é absolutamente necessário que a revolução, desde o seu primeiro momento, seja radicalmente expropriadora. Isso é ainda mais necessário para nós, anarquistas, que temos todos os motivos para temer que o novo Estado, que eventualmente, emergiu da revolução, para barrá-lo, garantindo sua própria conservação, acaba contando com a sobrevivência da burguesia, sempre que a enorme força que constitui a riqueza é deixada para ele.

Quem tem poder sobre as coisas tem poder sobre as pessoas, como disse Malatesta. A burguesia que continua a ser dona da propriedade, por um período mais ou menos longo, mas sempre mensurável por anos, terá todo o tempo de que precisa para recuperar e retomar a autoridade política.

A Expropriação Deve Ser Imediata

Negar a função expropriadora da revolução, entendida como um ato decisivo que quebra a resistência política e armada da burguesia, é inconcebível, impraticável e irreconciliável com o triunfo da própria revolução. Mas talvez, felizmente, seja impossível evitar essa função!

O povo, o proletariado, concebe a revolução apenas como um ato de expropriação. Se lhe dissermos: “deixem as riquezas para os senhores e mandem-nos para o governo, que depois pensaremos em fazer com que lhes entreguem aos poucos”, correremos o risco deles rirem de nossas caras e informados de que eles não desejam terem a pele furada nas trincheiras da revolução por nossa causa! Para interessar as grandes massas pela causa da revolução desde o início, ela deve ter imediatamente um conteúdo, um fim, um objetivo prático e imediato de *caráter econômico*.

Se a tarefa da expropriação fosse deixada somente ao poder revolucionário central, também ocorreria o infortúnio de que as grandes massas distantes dos centros urbanos perderiam todo o interesse pela revolução e pudessem aos poucos ver seu entusiasmo amenizado e até ser conquistadas pela reação, com outros motivos e pretextos sugeridos pelas tradições e superstições do passado.

É necessário que em cada cidade, em cada região e aldeia, bem como nos campos, uma vez vencida a resistência do poder político, os proletários sejam chamados imediatamente – se não o fizerem espontaneamente, como é mais provável – a confiscar localmente a propriedade territorial, industrial, bancária, etc., e proceder a um incêndio imediato de todos os títulos de propriedade, cadastros, arquivos notariais, etc.

Muitos burgueses (é natural) no primeiro momento do conflito *desaparecerão* das mais diversas formas. Mas se os proletários também quisessem adicionar uma espécie de “sequestro de pessoas” temporário à expropriação, contra os sobreviventes, seja como reféns, seja porque tal coisa possa ser necessária para que possamos continuar tecnicamente a produção, essa será uma questão a ser considerada no âmbito dos fatos e de forma alguma a ser descartada de antemão. A maneira prática de proceder é uma questão a ser discutida, mas somente depois de concordar com o princípio geral de que se deve, desde o primeiro momento da insurreição, fazer uso da expropriação; sobre o resto, será fácil entender um ao outro mais tarde. As organizações proletárias necessárias não faltam para esta tarefa – grupos locais, organizações proletárias e corporativas e sindicatos, comitês ou conselhos de trabalhadores, por comuna, por província ou região, etc. – através e por meio do qual o proletariado exercerá, com a sua ação direta, a sua própria força expropriadora, sem confiar a missão a um Estado central, proletário de nome, mas de fato composto por algumas pessoas de um mesmo partido.

Como foi possível negar que isso é possível, a ponto de preferir a ação problemática de um Estado, não entendemos. No entanto, não apenas vemos essa possibilidade, mas outros socialistas também a veem, entre eles uma parte dos bolcheviques russos, que precisamente por isso se autodenominam ou foram chamados de “imediatistas”.

Mais do que possível, a expropriação desde o primeiro momento insurrecional, dissemos acima, talvez seja inevitável. A expropriação, ou seja, a tomada a posse de fábricas, dos estabelecimentos, dos instrumentos de trabalho em geral e de todos os produtos acumulados, é uma das maneiras pelas quais a revolução começará; de certa forma, também poderia preceder parcialmente a própria insurreição.

Tudo isso já é uma demonstração do erro daquele tipo de fatalismo pelo qual certos socialistas marxistas acreditam ser *impossível expropriar a burguesia dos primeiros atos revolucionários*. São palavras textuais que vimos usadas aqui e ali pelos jornais bolcheviques; mas em vão buscamos nelas argumentos concretos, fora das habituais afirmações axiomáticas e apriorísticas, que demonstram essa alegada impossibilidade.

É realmente tão difícil para os trabalhadores continuarem trabalhando por conta própria, depois de terem expulsado os patrões? Mas se os operários já estão nas fábricas, os inquilinos nas casas, os camponeses nos campos, etc., etc.! E mesmo onde é necessário prosseguir diretamente para a ocupação, uma vez superada a resistência armada do governo, fazê-lo não pode exigir mais do que um esforço mínimo. Por que confiar uma missão tão expropriadora a um governo central ditatorial que complica e adia cada vez mais as coisas?

Deixemos de lado, porque a questão apesar de estar ligada é diferente e pode ser resolvida de forma isolada, o outro problema sobre a utilidade, inutilidade ou prejuízo para a existência do Estado no seio da sociedade socialista, se com ele se reconcilia ou não a função do socialismo e se é do interesse do socialismo apoderar-se dele em vez de o combater e tender a aniquilá-lo.

Isolemos um pouco esta questão da possibilidade histórica, social e técnica de iniciar a expropriação pelo proletariado, desde o primeiro momento da revolução e durante o período insurrecional.

Sobre a Teoria das “Etapas Fatais”

Mesmo aqueles que citam o *Manifesto Comunista* de 1847 em seu apoio estão errados; e ao custo de fazê-los repetir (como nos foi dito, e algo semelhante também disse Plejanof de Bakunin) que somos a rotina do marxismo, em defender este conceito essencialmente marxista: o governo é sempre a expressão da classe economicamente mais forte, seu cúmplice e aliado. Dado e não garantido que um Estado deve existir depois da revolução, depois do período insurrecional, se naquele período a burguesia não fosse expropriada, isto é, tornada mais fraca até economicamente, logo voltaria a ser a mais forte até politicamente. Em vez disso, o governo, mesmo aquele de nome e aparência socialista, dando um pouco de espaço para este ou aquele arrivista, voltaria na realidade a ser um governo burguês.

Não há nada no *Manifesto Comunista* que revele uma opinião contrária a esta em seus autores. No final do segundo capítulo trata-se da *intervenção despótica do proletariado, através da dominação política, em cujas mãos centralizará todos os instrumentos de produção, no direito de propriedade e nas relações de produção burguesa*; um conceito discutível do ponto de vista anarquista, mas nada absolutamente inconciliável com a expropriação a ser realizada no primeiro período da insurreição, contemporaneamente à destruição do governo burguês ou imediatamente depois. É claro que não acreditamos na possibilidade de uma “socialização *instantânea*”, pois nem mesmo a insurreição poderia ser instantânea. E falamos também de expropriação, do ato material de tirar riquezas dos capitalistas, e não do processo de organização socialista, que exigirá um período de tempo mais longo, embora o espaço de uma geração imaginada pelo bolchevique russo Radeck pareça excessivo.

Para voltar a Marx, em apoio disso, acrescentemos que o final do capítulo II, que apenas em aparência ou, pelo menos, de forma bastante distante e não de certa forma, se aproxima do conceito ditatorial, refere-se a 1847; e os próprios Marx e Engels advertiram em um prólogo de 1872 que “a aplicação prática dos princípios gerais dependerá em cada lugar e em cada época das condições históricas do momento; e, por isso, não se deve dar demasiada importância aos propósitos revolucionários que se leem no final do capítulo II, que poderiam ser diferentes sob outras relações diferentes”. Posteriormente, eles próprios alertam que *não basta, como demonstrou a Comuna, que a classe operária se apodere da máquina do Estado, mas dirigi-la para seus próprios fins*².

Acreditamos não contradizer, mas para completar o pensamento adicionando; É preciso também apoderar-se da riqueza social, das engrenagens da produção e do consumo, sem admitir, é claro, do nosso ponto de vista, que a máquina estatal deve ser conquistada em vez de destruída; e tudo isso desde o primeiro momento.

Karl Radeck escreveu há muito tempo que “a ditadura é a forma de dominação pela qual uma classe dita sua vontade a outras classes sem consideração”. Agora, pensamos que a ditadura não é necessária para agir sem qualquer consideração contra a burguesia e nos parece que, com ou sem ditadura, com ação governamental ou com ação direta do proletariado, a melhor maneira de agir *sem considerações* contra o capitalismo é começar

1.

Marx, Karl e Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista.**

expropriando-o desde os primeiros momentos da revolução. Mas Radeck acrescenta: *A revolução socialista é um longo processo que começa com o destronamento da classe capitalista, mas termina apenas com a transformação da economia capitalista em uma economia socialista, na república cooperativa dos trabalhadores; este processo exigirá pelo menos uma geração de ditadura do proletariado, etc*³. Deixando de lado por um momento a questão da ditadura, embora mesmo admitindo a ditadura persista a necessidade da expropriação insurrecional da burguesia, observamos que o longo processo a que se refere Radeck inclui toda a complexa revolução socialista e não apenas a fato material de expropriação. E se *esse processo deve começar com o destronamento da classe capitalista*, estamos de acordo; Mas afirmamos que não é possível “destronar uma classe” simplesmente jogando-a para fora do poder político, isto é, sem desarmá-la da formidável arma da riqueza.

Isso quer dizer que uma insurreição bem-sucedida pode tirar a burguesia do governo e fazê-la ocupar pelos trabalhadores (ou o que é mais provável pelos advogados dos trabalhadores), mas se não forem expropriados insurrecionalmente e se espera que o governo o faça mais tarde, por meio de leis, decretos, etc., será como dizer: *Espere meu cavalo, espere que a grama cresça!* A insurreição pode por um breve

período quebrar as leis do determinismo econômico, ou seja, superar a resistência armada de uma classe economicamente poderosa, mas para alcançar a vitória é necessário que ela se transforme com sua mesma violência, no curto ciclo de sua ação, as condições econômicas de tal maneira que determinem por sua vez um novo desenvolvimento da revolução e a derrota definitiva dos elementos burgueses que querem voltar a levantar a cabeça.

Para isso, é preciso tirar a propriedade da burguesia, desde o primeiro momento, para que ela não seja mais privilegiada de forma alguma. Então ... quem não trabalha não come! Mas se isso não for feito e a tarefa de expropriação for confiada ao governo ditatorial socialista, de modo que levará, pelo menos, uma geração para funcionar – se, portanto, a burguesia tiver tempo para respirar em *seus* palácios, em *suas* terras e em *suas* fábricas – não vai demorar muito para ter *seu* governo novamente, não importa se é socialista ou proletário no nome. Quando mais isso terá mudado: que certos burgueses tenham desaparecido na tempestade ou se tornado proletários, que a burguesia se renove, incorporando certos trabalhadores de *elite*, homens de partido, líderes, etc., mas a revolução não terá chegado ao seu fim: o comunismo.

1.

Radek, C. **El desarrollo del socialismo: de la ciencia a la acción.**

**Que Ninguém seja Submetido ou
Explorado**

Perguntamos acima quais dificuldades reais (uma vez derrotada a oposição governamental) poderiam impedir que a atividade de expropriação se desenvolvesse prontamente, como uma tarefa paralela à insurreição ou imediatamente após o colapso do poder estatal. Um raciocínio abstrato ou puramente dialético, seja ele mesmo marxista, não é suficiente para nos fazer entender como e por que os camponeses deveriam continuar a reconhecer o dono e trazer-lhe alguns ou todos os frutos da terra que trabalhavam; porque os trabalhadores em estabelecimentos e fábricas não poderão expulsar o patrão e continuar trabalhando em nome da comunidade popular; porque o povo não poderá aproveitar todos os bens úteis para se manter, vestir-se e aquecer-se, distribuindo rapidamente o mais necessário entre todos e recolhendo o resto em armazéns desde que estejam à disposição da comunidade; em suma, o que é que pode impedir os trabalhadores de agirem à sua maneira e tomarem o que querem a partir do momento em que não haja mais um governo que defenda os proprietários e os capitalistas. Provavelmente desaparecerão, pelo menos enquanto um novo governo não lhes devolver uma certa segurança de poder reaparecer silenciosamente!

Por que tudo isso seria impossível? Quem ou como pode evitá-lo? Sua possibilidade técnica, como a entendemos, será, sem dúvida, difícil de explicar na linguagem pseudocientífica preferida pelos marxistas, porque coisas muito simples se dizem bem apenas em linguagem simples e comum. Mas quando essas coisas são ditas aos proletários, eles as entendem; e eles entendem perfeitamente que não são muito difíceis de fazer e que fariam tudo muito bem por si próprios.

Certamente não basta tirar riqueza dos patrões, não basta tirar os meios de produção; também é preciso continuar produzindo. Portanto, é necessário organizar a produção de forma socialista. Isso também deve ser feito rapidamente, porque sem comer também não se vive o período revolucionário.

Pode-se objetar que a realização da expropriação, ou, pelo menos, o fato de não haver mais senhores, dependerá também da possibilidade de viver sem eles, de substituí-los vantajosamente na organização da produção. Não temos dificuldade em reconhecer que para alcançar a socialização plena, será necessário um período mais longo do que simplesmente insurreição e expropriação. Mas isso não quer dizer que desde o primeiro momento, esteja em um regime ainda não perfeitamente organizado no sentido comunista, talvez seja depois de algumas dificuldades, não podemos viver, ou, não podemos nos acomodar de tal forma que nenhum de nós tenha a necessidade de se deixar ser explorado e oprimido pelos outros para viver.

Porque na realidade o importante para o socialismo é este: *que cada um possa satisfazer as suas necessidades sem se deixar explorar e ser oprimido por outro*. Isso é o que os trabalhadores querem e os meios para alcançar e manter tal possibilidade, ou seja, o tipo de organização social a adotar, vem em segundo lugar, e apenas na medida em que for necessário para atingir o fim declarado.

Duas Fases da Revolução Socialista

Uma coisa é a expropriação e outra é a organização comunista da sociedade. A primeira é o ato material que destrói direitos de propriedade, que deve ser executado rapidamente; a outra é um ato de reconstrução que também deve ser considerado imediatamente, mas que será necessariamente mais extenso e complexo do que o de destruição.

É necessário desde o primeiro momento não só continuar produzindo para viver, mas começar a organizar a produção metodicamente, continuar e ao mesmo tempo organizar a distribuição e o consumo. Mas, por tudo isso, o meio mais desqualificado e incompetente de todos é propriamente o de um governo, formado por poucas pessoas, que tudo dirige desde sua posição central. Este é o caso, quer essas pessoas tenham sido levadas ao poder por um golpe de mão, quer tenham sido levadas por eleições proletárias.

Virtudes maiores e melhores organizadoras (sem os defeitos e perigos da burocracia estatal) têm ação proletária e popular direta, procedente de sua iniciativa, através das próprias organizações livres, surgidas e formadas dentro dela. Os organismos através dos quais se darão continuidade às funções de produção e distribuição – e que ao mesmo tempo garantirão um mínimo de ordem e uma coordenação indispensável – serão, além dos núcleos que surgem espontaneamente da revolução, justamente os grupos existentes, proletários, socialistas, sindicalistas, anarquistas, sindicatos e uniões de ofício, organizados por localidade ou indústria conforme o caso, as cooperativas de classe, as ligas camponesas, os conselhos de fábrica e, finalmente, aqueles comitês ou *soviets* comunais, regionais e inter-regionais de onde nos vem o exemplo dos primórdios da revolução na Rússia.

Somos comunistas, com efeito, porque estamos convencidos de que tal resultado só pode ser obtido permanente e definitivamente por meio da socialização da propriedade no sentido comunista. Mas o que importa é que o resultado seja alcançado; e a primeira condição para alcançá-lo, o primeiro passo, é privar os ricos dos meios de explorar os pobres: isto é, privá-los de suas riquezas privadas.

É por isso que a expropriação é a primeira condição para o desenvolvimento e mesmo para o triunfo da revolução. O termo médio, deixar subsistir formas de exploração, ou seja, deixar a força econômica aos capitalistas, que para eles é o meio de ação específica, equivale a deixar os dentes da víbora. Você deve continuar lutando contra eles e nunca poderá ter certeza de derrotá-los completamente. Se a insurreição, ao contrário, fosse expropriadora, a víbora se tornaria inócua, os capitalistas não teriam mais dentes para morder e a sociedade não colocaria nenhuma arma em suas mãos.

Uma vez realizada a expropriação, a liberdade (que não se deve confundir com a livre concorrência, com a liberdade econômica de produção e exploração do regime capitalista) não entrará em conflito com as necessidades de produção para todos e com a igualdade social. A contradição que existe hoje devido às divisões de classe e ao monopólio burguês será suprimida e tornada impossível com a expropriação.

Marx e Engels, em seu Manifesto, chegaram a afirmar que “*o comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar dos produtos sociais, apenas impede que eles sejam usados para escravizar o trabalho dos outros*”. Esse trabalho não é escravizado: aqui está o princípio verdadeiramente socialista; ou seja, o socialismo é uma afirmação e não uma negação da liberdade.

Certamente, uma vez que o Estado burguês tenha sido derrubado e os capitalistas expropriados, o trabalho definitivo de socialização não será feito instantaneamente, mas sim – tanto em uma direção autoritária, como seguindo as normas libertárias, mas melhor com esta última – através de um período de organização experimental. A organização socialista da produção e do consumo, como outras relações sociais, pode ter seu início, e é bom que o faça, desde o primeiro momento da revolução, mas não pode ser suficientemente completa ou definitiva enquanto o povo não se dedicar a ela sem outra preocupação, enquanto na calma e na paz não se podem experimentar, aperfeiçoar e finalizar as formas mais adequadas.

A Partir de Agora: Capacitação e Programa

Enquanto durar o trabalho de reorganização, até que o Estado burguês seja derrubado e o capitalismo expropriado, o importante será evitar a possibilidade de qualquer nova exploração e opressão dos trabalhadores, porque é isso que pode fazer o capitalismo renascer das próprias cinzas. Para evitar isso, o remédio preventivo mais radical é a expropriação imediata por meio da insurreição. Quando os trabalhadores tomarem posse da propriedade e não houver mais violência do Estado para subjugar-los, nem para defender deles qualquer rico que tente resistir ou qualquer pobre que queira enriquecer, os ricos não poderão mais existir e não haverá mais assalariados. Ou seja, essa *submissão ao trabalho alheio*, de que fala Marx, será impossível, mesmo quando a reorganização social ainda não foi concluída.

A menos ... a menos que o perigo não venha da eventual ditadura socialista que, superadas as resistências do antigo regime, este se torna, por sua vez, um opressor da nova sociedade, transformando os trabalhadores de escravos do capital privado em escravos do Estado. Assim, voltamos à nossa preocupação constante, uma das preocupações que nos torna anarquistas.

Lembre-mos, bem, já o dissemos, que consideramos aqui os Soviets como associações de produtores, de produção e consumo comunistas, que de forma alguma precisa ser sobreposta por um governo ditatorial que apenas atrapalharia e estrovaria a função econômica útil.

A todos esses diferentes tipos de organização, outros podem ser adicionados. Trabalhadores e organizações profissionais que hoje são estranhas ou muito tímidas e moderadas, certamente serão aproveitadas pela revolução: sociedades médicas, corporações de empregados, ferroviários, telegráficos, técnicos, engenheiros, químicos, etc, bem como certas instituições de origem e de natureza burguesa (depois de terem expulsado os capitalistas e todas as lideranças não exclusivamente técnicas, entende-se), mas assimiláveis e facilmente transformáveis em organizações de vida revolucionária, tais como entidades autônomas e cooperativas de consumidores, certos grandes armazéns de abastecimento e escritórios de distribuição públicos e privados, alguns dos mais importantes serviços de utilidade geral, que hoje são administrados com o único propósito de especulação ou como instrumentos de governo, etc. O pessoal empregado, mesmo quando não é estritamente proletário, mas constitui uma categoria ligeiramente diferente, não precisaria do governo e do ministro ou do patrão e do empresário para continuar seu trabalho. Algumas ocupações e serviços também podem precisar de uma organização centralizada e muitos outros não. Mas este tipo de centralização, de funções e não de poderes, especialmente para um determinado tipo de serviço, é muito diferente da centralização de funções e poderes ao mesmo tempo, de todos os serviços, bem como de toda autoridade, nas mãos de um único governo ditatorial. Mesmo para esses serviços e empregos, o governo seria, no mínimo, supérfluo.

Mas para que a revolução assuma tal orientação libertária, descentralizada e antiestatal, é necessário também que a preparação moral e material anterior, e conseqüentemente nossa propaganda, sejam informadas por tais princípios. Em vez de acostumar as massas à ideia de ditadura e esperar da conquista do poder o único meio de desatar todos os nós, em vez de atribuir todas as tarefas técnicas revolucionárias aos comitês centrais, à direção de um partido ou de uma confederação, etc, é necessário preparar os grupos e organizações já existentes para cumprir a tarefa para a qual se sintam mais capazes ou treiná-los para o caso ainda não o são; e, ao mesmo tempo, para formar esses novos organismos, mais ou menos embrionário, de distribuição, de reconstrução e de elaboração que se possa antever necessário, para que não nos encontremos no dia seguinte ao colapso do poder sem nada pronto, sem um programa preciso e prático a realizar e, portanto, forçados a tolerar que um novo poder substitua o antigo, substituindo também a nossa ausente capacidade coordenadora e produtiva.

O Medo da Liberdade

A aberração de quem vê a salvação da revolução na ditadura, depois de ter feito por uma longa série de anos a causa do socialismo também a causa da liberdade, não é diferente da aberração daqueles revolucionários que, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, viram a liberdade e o socialismo repentinamente comprometidos, não tanto pela guerra em si, mas pela ameaça de vitória de uma das partes beligerantes.

Na realidade, estes últimos foram mais uma vez ofuscados depois de quase um século de experiências, pela ilusão democrática, e mais uma vez confiou à democracia burguesa uma missão salvadora. Os partidários da ditadura do proletariado cometem erro semelhante, acreditando que trazem um remédio substituindo a ditadura burguesa mais ou menos disfarçada pela dos representantes dos trabalhadores. E a nós, que afirmamos que a revolução deve poder se desencadear com a máxima liberdade possível, deixando o caminho aberto a todas as iniciativas populares, eles nos respondem com uma série de objeções, que se resumem em um único sentimento, que, aliás, eles não são capazes de sequer confessar a si mesmos: *o medo da liberdade*. Depois de haver exaltado o proletariado, eles agora o veem no fundo de suas mentes como incapaz de administrar seus próprios interesses por conta própria, e pensam no novo freio que será necessário para guiá-lo “pela força” para a libertação.

Fazem como o paciente que deve ser operado, mas ele é mais audacioso, mesmo contra os médicos, em afirmar que a operação foi imposta, em desejá-la, em apressar os preparativos na esperança de uma cura; e então, no último momento, ele recusa e prefere uma injeção de morfina que acalma a dor momentânea, dá a ilusão fugaz de melhora, mas deixa o mal e o perigo de morte intactos. Ele tem uma porção de escrúpulos, de medos e todas as suas objeções visam atrasar o momento do ato operatório, que seria o ato de sua verdadeira cura.

Pretextos Intelectuais para a Ditadura

Todas as objeções apresentadas pelos partidários da ditadura giram em torno deste argumento principal: a incapacidade da classe trabalhadora de se governar, de substituir a burguesia na administração da produção, de manter a ordem sem governo; ou seja, eles reconhecem apenas a capacidade de eleger representantes e governantes. Naturalmente, eles não afirmam esse conceito em nossas próprias palavras; em vez disso, eles se mascaram com mais zelo do que os outros com vários raciocínios teóricos. Mas sua preocupação primordial é esta: que a liberdade é perigosa, que a autoridade é necessária para o povo, assim como os ateus burgueses dizem que a religião é necessária para não se desviar do caminho certo.

Com efeito, pode acontecer que a autoridade se torne necessária, mas não porque seja algo “natural” e porque não pode ser feito sem ela, mas porque as pessoas se habituaram a considerá-la indispensável; porque em vez de ser ensinado a agir por conta própria e as maneiras pelas quais poderia resolver as dificuldades por conta própria, ele é mantido neste ponto nas trevas, ao contrário, a verdade está escondida dele, e para mantê-lo mais subjugado, tudo é mostrado a ele facilmente; porque se ensina a partir de agora que, assim que for sacudido o jugo atual, um novo governo deve ser criado imediatamente, que se encarregará de pensar como deve funcionar e cuidar de tudo depois.

Aqueles que falam da ditadura como um mal necessário no primeiro período da revolução – em que, ao contrário, seria necessário o máximo de liberdade – não percebem que eles próprios contribuem para torná-la necessária com sua própria propaganda. Muitas coisas se tornam inevitáveis pelo fato de acreditarmos e desejá-las como tais; na verdade, nós mesmos as criamos. É o caso da ditadura, que os marxistas estão preparando com sua propaganda, em vez de estudar a possibilidade de evitar esse mal, essa amputação preventiva da revolução. Não enfrentam plenamente o problema, justamente porque não têm fé suficiente na liberdade, porque, pelo contrário, apoiam toda a sua fé na autoridade. Consequentemente, eles não podem resolver o problema. Porém, nós anarquistas o resolvemos, vemos na liberdade o melhor meio para a revolução: fazê-la, vivê-la e continuá-la.

O medo da desordem, o desencadeamento das paixões, o florescimento do egoísmo, as explosões de brutalidade, indisciplina e negligência, etc., sempre foi o pretexto com o qual toda tirania foi justificada e toda ideia de revolução lutou.

É curioso que alguns socialistas encontrem precisamente neste fato uma justificativa para suas ideias ditatoriais! Este conceito é desenvolvido em substância: que a burguesia também fez sua revolução ao impor a ditadura, que nós realmente vivemos sob a ditadura burguesa, que a burguesia, para fazer a guerra, acentuou sua centralização ditatorial, etc., e que por isso o proletariado também tem o direito de fazer o mesmo. Que ele tem um direito contra a burguesia, isto é, que a burguesia é a menos autorizada a se escandalizar com a ideia de uma ditadura do proletariado, pode ser um argumento justo; em vez disso, acrescentaríamos que a burguesia faz mal em se alarmar, mesmo do seu ponto de vista, porque o azar lhe reservaria uma revolução verdadeiramente livre de todos os obstáculos governamentais. Mas que o proletariado tem interesse em recorrer à ditadura, a questão é outra.

O exemplo de que serviu à burguesia nada prova; em vez disso, prova o contrário. A revolução social não pode ter a mesma orientação da burguesia; e, além disso, uma coisa é revolução e outra é guerra. Nem todos os meios que são bons para a guerra ou para uma revolução burguesa são bons para uma revolução social. A centralização autoritária da ditadura é um meio totalmente danoso, na medida em que é o mais adequado para transformar uma revolução social em uma revolução exclusivamente política – especialmente tirando do povo a iniciativa de expropriação imediata – quer dizer, preparando, do ponto de vista proletário e humano, o mesmo fracasso das revoluções precedentes.

Essas revoluções, que, no entanto, foram feitas especialmente pelo povo, que também era movido por um desejo de libertação completa e não apenas igualdade política, culminaram no triunfo de uma classe sobre as outras, precisamente porque a dita ditadura chamada revolucionária preparou e tornou possível tal triunfo. Se a burguesia a usou, foi justamente para reprimir a revolução, porque tinha interesse nela. O proletariado tem, ao contrário, um interesse oposto, isto é, que a revolução não seja reprimida, mas sim que siga seu curso completo. A ditadura, portanto, iria contra seus interesses.

É verdade que uma ditadura proletária e revolucionária também pode perturbar, arruinar e anular os atuais privilégios da burguesia; mas como, devendo ser limitada em seus componentes, seria sempre a ditadura de alguns partidos ou de algumas classes, estaria inclinado não a destruir todo o governo partidário e todas as divisões de classe, mas a substituir o governo atual por outro, o atual domínio de classe também por outra classe. E naturalmente, como a existência de um governo implica a existência

de súditos, a existência de uma classe dominante significa a existência de outras classes dominadas e exploradas. Seria o mesmo cachorro com uma coleira diferente.

Colete de Força para a Revolução

Não somos profetas ou filhos de profetas e não podemos prever como tudo isso vai acontecer. Mas exigimos a atenção dos leitores, e especialmente dos socialistas, sobre este fato: o proletariado não é uma classe única e homogênea, mas um conjunto de diversas categorias, de algumas espécies de subclasses, etc., no meio do qual há mais ou menos privilegiados, mais ou menos evoluídos e até alguns que são, de certa forma, parasitas uns dos outros. Nesta classe existem minorias e majorias, divisões de partidos, interesses, etc. Hoje tudo isso é menos perceptível, porque a dominação burguesa obriga a todos a se solidarizarem um pouco com ela; mas o fato é óbvio para qualquer um que estude de perto o movimento trabalhista e corporativo. Agora, a ditadura do proletariado, que certamente passaria nas mãos das categorias de trabalhadores mais desenvolvidas, melhores organizadas e armadas, pode levar à constituição da futura classe dominante, que já gosta de se denominar a *elite* operária, para prejuízo não só da burguesia, simplesmente destronada nas pessoas de seus membros, mas também nas grandes massas menos favorecidas pela posição em que se encontravam na época da revolução.

Uma outra classe dominante certamente será constituída – poderia ser chamada de casta, muito semelhante à atual casta burocrática governamental, que ela apenas substituiria – composta por todos os atuais dirigentes dos partidos, organizações, sindicatos, etc. Além disso, a ditadura teria também, junto com o governo central, seus órgãos, seus funcionários, seus exércitos, seus magistrados, e estes, juntamente com os atuais funcionários do proletariado, poderiam justamente constituir a máquina estatal de futura dominação, no nome de uma parte privilegiada do proletariado e aliada a ela. Que, naturalmente, deixaria de ser, de fato, um “proletariado” e se tornaria mais ou menos (o nome pouco importa) o que a burguesia realmente é hoje. As coisas podem acontecer de forma diferente nos detalhes; eles também poderiam ter outra orientação, mas seria semelhante a esta e teria as mesmas desvantagens. Em termos gerais, o caminho da ditadura só pode conduzir a revolução a uma perspectiva desse tipo, ou seja, ao contrário do propósito central do anarquismo, do socialismo e da revolução social.

É tão errado dizer que você deseja a ditadura para a revolução quanto a deseja para a guerra. Que seja desejado pela guerra que a burguesia e o Estado travam com a pele dos proletários, é natural. Trata-se de fazer a guerra pela força, de fazer a maioria do povo lutar pela força contra os seus próprios interesses, contra as suas ideias, contra a sua liberdade, e é natural que para forçá-lo seja necessário um verdadeiro esforço violento, uma autoridade coercitiva, e que o governo se arme com todos os poderes contra ele.

Mas a revolução é outra coisa: é a luta que o povo empreende por sua vontade (ou cuja vontade é determinada pelos fatos) no sentido de seus interesses, suas ideias, sua liberdade. Portanto, é necessário não contê-la, mas deixá-la livre em seus movimentos; liberta seus amores e ódios com total liberdade, para que brote o máximo de energia necessária para superar a violenta oposição dos dominadores.

Qualquer poder que limite sua liberdade, seu espírito de iniciativa e sua violência seria um obstáculo ao triunfo da revolução; que nunca se perde porque ela ousa muito, mas apenas quando é tímida e pouco ousa.

Os Temidos “Excessos Revolucionários”

O medo da desordem e suas consequências é uma superstição infantil, como o medo de cair da criança que recentemente aprendeu a andar.

Nenhuma revolução é destituída de desordem, pelo menos em seus primórdios. Mesmo nas revoluções mais moderadas, educadas e burguesas, isso não podia ser evitado; nem será evitado em uma revolução social, que abala a sociedade por completo e desde sua base. Mas certamente, para que a vida seja possível, é preciso que uma ordem seja estabelecida quanto antes. Mas o problema que se apresenta não é o de um novo governo, mas o de saber o que é mais apropriado para restabelecer a ordem, como se pode estabelecer uma ordem melhor: um governo mais ou menos ditatorial ou a livre iniciativa popular.

Os marxistas optam por um governo revolucionário; Nós, pelo contrário, acreditamos que o governo, pior ainda se for ditatorial, será mais um elemento da desordem, pois estabelecerá uma ordem artificial e nunca de acordo com as tendências e necessidades das massas. Estas, ao contrário, por meio das próprias instituições livres poderão proceder muito melhor e mais ordenadamente, diretamente de si mesmas, para se organizar de modo a garantir a “ordem” necessária, isto é, a ordem livre e voluntária, não a ordem artificial e oficial que os governos comandam e impõem de cima.

Esta ordem na desordem tem sido visto e admirado em quase todas as revoluções e durante os períodos de choque popular. Nesses períodos, observou-se frequentemente uma enorme diminuição dos fenômenos de criminalidade comum. Quando os capangas desaparecem e o governo não existe, pode-se dizer que o próprio povo assume a responsabilidade pela ordem, não por delegação de terceiros, mas diretamente, em qualquer lugar, com os meios e as pessoas à sua disposição localmente. Algumas vezes, porém, vai também além dos limites, como quando, em 1848, fuzilava mesmo qualquer mísero ladrão inconsciente detido em flagrante.

Este espírito de ordem do povo foi notado por todos os historiadores nos períodos imediatamente posteriores às insurreições, quando o velho governo havia sido derrubado e reduzido à impotência e o novo ainda não tinha sido criado ou ainda era muito fraco. Isso foi visto nos meses mais desordenados, que os historiadores burgueses chamam de anarquia, da revolução de 1789–93, tanto na cidade quanto no campo; o mesmo ocorreu nas várias revoluções europeias de 1848 e, posteriormente, na Comuna de 1871. A desordem veio depois, com o retorno de um governo regular, seja o antigo ou o novo. Embora sempre tenham ocorrido inconvenientes, é claro, nunca houve em períodos “anárquicos” de tal magnitude como aqueles que mais tarde tiveram de ser deplorados com o retorno da “ordem” imposta por qualquer governo.

Não há, por outro lado, que batizar como excessos revolucionários, como desordens, certos atos de violência contra a propriedade e as pessoas, que são verdadeiros e próprios episódios da revolução, inseparáveis desta, por meio dos quais e através dos quais toda revolução se realiza. A revolução de 89, por exemplo, é inconcebível sem o enforcamento dos acumuladores e dos causadores da fome do povo, sem o incêndio dos castelos, sem as jornadas de Setembro, sem os chamados excessos de Marat, dos hebertistas, etc. Esta espécie de desordem é totalmente inevitável antes de alcançar a nova ordem que nos importa; é preciso, portanto, deixar-lhe toda a liberdade para se manifestar e para se desenvolver. Muito mais prejudicial seria querer detê-lo, como seria prejudicial opor uma barragem a uma torrente cujas águas, prejudicadas em seu curso natural, se derramariam em uma tempestade para arruinar os campos vizinhos; enquanto, ao deixá-los seguir seu curso livremente, chegariam mais cedo à planície, onde continuariam seu caminho para o mar, sempre com a maior tranquilidade.

O povo mostrou essa mesma capacidade de ordem em todas as revoluções, mesmo num sentido positivo, isto é, como espírito de organização para a satisfação daquelas múltiplas necessidades que ainda em tempos revolucionários têm seu imprescindível imperativo categórico. “É preciso nunca ter visto em obra o povo laborioso; é preciso ter tido toda a vida o nariz metido nos infolios e não conhecer nada do povo para poder duvidar dele; fale, pelo contrário, do espírito de organização daquele grande desconhecido que é o Povo para quem o viu em Paris nos dias das barricadas ou em Londres, durante a grande greve do cais de 1887, quando deve sustentar um milhão de famintos, e lhe dirá como é superior a todos os burocratas de nossas administrações”⁴.

**Nem Espontaneísmo nem
Uniformização**

Porém, não se deve cair no otimismo excessivo de Kropotkin, que o levaria a se deixar levar pela corrente, a quase não ter necessidade de pensar antes de agir.

É preciso levantar, *primeiramente*, os problemas de ação e produção, preparando os espíritos, as vontades, os instrumentos adequados para a futura iniciativa popular, para que em todos os pontos do território em revolução haja os homens, os grupos que o salvam de ser presa da imprevidência e de ter que abdicar nas mãos de qualquer poder central. Ou seja, impõe-se uma preparação prática, positiva mais que negativa, das minorias revolucionárias e libertárias, desde antes da revolução, para que possam agir e responder às necessidades que se apresentem sem necessidade de confiar-se a um governo.

Mikhail Bakunin via esta necessidade; é completamente justo seu conceito de chegar a despertar a vida espontânea e todas as potências locais sobre o maior número possível de pontos por meio de minorias revolucionárias que, pilotos invisíveis em meio à tempestade popular, produzirão a anarquia e a guiarão, não por virtude de um poder ostensivo, oficial, mas com o exemplo da própria atividade iniciadora. Mas para que essa força funcione, “ela deve existir (Bakunin avisa) porque não funcionará sozinha”.

Se em cada bairro, vila, campo, fábrica, se em cada centro, etc., houvesse determinados grupos que tomariam desde o primeiro momento, tendo os meios e a preparação, a iniciativa revolucionária, tanto para a destruição do antigo regime e para a continuação da produção, qualquer pretexto para dar origem a uma autoridade governamental ou ditatorial morreria em germe. A autoridade seria tão desmembrada, tão pulverizada, que não existiria mais como poder coercitivo; estando em cada um e em toda parte, impediria qualquer tentativa de centralização. Preparar deste modo a possibilidade do desenvolvimento das iniciativas locais, especiais, por lugares ou por funções, significará dar à revolução o modo de caminhar livremente sem os torniquetes deformadores e homicidas da ditadura.

Diz-se que a ditadura é necessária para organizar a luta contra a resistência burguesa. Porque? A revolução pode ser considerada como dividida em dois grandes períodos: o que antecede o colapso do poder político da burguesia e o período posterior. Enquanto o poder governamental burguês não tiver sido derrubado, toda ditadura proletária é impossível; existe somente, ainda, a ditadura burguesa. Vencido o governo burguês, que constitui a resistência armada da classe capitalista, fica implicitamente desarmada e derrotada também esta. Seus elementos podem, aqui e ali, prolongar, por grupos, a resistência; mas então se encontram numa situação de absoluta inferioridade frente ao proletariado, muito mais numeroso que ela e desde esse momento armado e talvez melhor armado que ela. Para sufocar estas resistências não só é inútil constituir um governo central, mas este serviria muito mais para aniquilar a livre ação insurreccional local, que em todo lugar procede a limpar o terreno e a desembaraçar-se dos reacionários do próprio lugar, exceto, entende-se, quando é necessário concordar com as outras localidades para correr em ajuda daquelas onde os revolucionários se encontrem necessitados.

Os diversos centros revolucionários se federarão, estarão em contato contínuo para a recíproca ajuda, segundo um tipo de organização federalista completamente oposta à ditatorial. Isso evitará os graves transtornos que surgiram durante a Revolução Francesa, e parece que também na Rússia, que com as melhores intenções do mundo o governo central dita ordens contrárias ao espírito dominante nesta ou naquela região, em contraste com os legítimos interesses coletivos de certas populações distantes ou de categorias operárias menos favorecidas, etc., contribuindo assim para diminuir o fervor revolucionário e favorecer os planos dos contrarrevolucionários. Isto pode acontecer especialmente quando, para o trabalho de expropriação, se pretenda adotar critérios únicos de forma e de procedimento que, pelo contrário, devam variar segundo as circunstâncias e as tendências das massas, de localidade a localidade.

Em qualquer caso, as dificuldades que surgirem posteriormente serão sempre melhor resolvidas pelas organizações de trabalhadores do que por um governo central. A menos que se insista no propósito, absolutamente anti-revolucionário e utópico, de contentar-se com a conquista do poder e deixar a expropriação para mais tarde, como obra oficial do Estado ditatorial socialista. Pois isso seria o desastre para a revolução!

Abolição de Todas as ‘Elites’

Mas o medo da liberdade, o que é praticamente igual, ao culto da autoridade, põe nos lábios dos partidários da “ditadura” argumentos que são já uma condenação explícita da própria ditadura. Eles dizem frequentemente. *Mas a burguesia não faz o mesmo? Diz-se que a ditadura do proletariado seria a ditadura de uma “elite”; mas a ditadura atual da burguesia não é também a ditadura de uma “elite”?* Justíssimo! Mas a revolução não deve substituir uma elite por outra, senão abolirias todas. Se, pelo contrário, o seu resultado foi apenas a substituição de uma ditadura por outra, vale a pena prever o fracasso da revolução daqui para a frente! Se este é o objetivo proposto pelos partidários da ditadura do proletariado, então também se compreende por que atribuem a revolução, como função primordial, a de suprimir a liberdade, isto é, uma função oposta àquela que está na natureza de toda revolução: a conquista de uma liberdade cada vez maior.

Isto explica também a linguagem dos socialistas autoritários e ditatoriais quando acusam de demagogia democrática e pequeno-burguesa a viva preocupação dos anarquistas de defender a liberdade. No entanto, partilhamos inteiramente a sua hostilidade para com a democracia burguesa e pequeno-burguesa; e assim, na nossa aversão, nos mostramos mais coerentes que esses socialistas não aceitando nos servir das instituições parlamentares e administrativas burguesas para nossa luta revolucionária. Mas enquanto nossa inimizade contra a democracia e o liberalismo burguês olha para o futuro e é uma superação deles, o espírito antidemocrático dos partidários da ditadura é um regresso ao passado. Aos anarquistas não basta a pouca liberdade concedida pelos regimes democráticos; em vez disso, os partidários da ditadura pensam tirar ao povo ainda esse pouco de liberdade. Se, então, as preocupações libertárias dos anarquistas podem ser rotuladas de “democráticas”, podemos devolver a acusação dizendo que as aspirações ditatoriais desses socialistas tendem a um retorno ao absolutismo, à autocracia.

Naturalmente, esses socialistas não percebem essas tendências perigosas de seu sistema e por isso dizem que desejam o oposto do que essas tendências implicam. Os fatos da Rússia poderiam, talvez, bem conhecidos, instruí-lo muito a esse respeito.

Na Rússia, a revolução foi muito mais obra da ação popular livre do que do governo bolchevique. As forças operárias e camponesas, aproveitando-se, especialmente durante o primeiro ano, da debilidade dos diversos governos que se sucederam no poder, romperam, pedaço a pedaço, o antigo regime, tornando todos os valores sociais, iniciando em larga escala a expropriação, lançando as bases das novas instituições de produção e de organização, que depois o governo bolchevique reduziu sob seu férreo domínio militarista e ditatorial. Foi a liberdade, não a ditadura, que libertou a Rússia do czarismo e de todos os truques da burguesia liberal e da social-democracia patriótica e belicista; foi a liberdade que fez e sustentou a revolução. A ditadura colheu os frutos simplesmente. Ainda mais: os dispersou e desperdiçou.

A revolução libertará o espírito da liberdade de sua prisão estreita e, uma vez livre, se tornará um gigante, como o gênio da fábula que um homem incauto deixou escapar do vidro em que estava preso por magia. Retomá-lo, torná-lo menor, encerrá-lo e acorrentá-lo será impossível, mesmo para os mesmos que contribuíram para desencadeá-lo.

Especialmente nos países latinos, onde as tendências anarquistas e rebeldes estão tão desenvolvidas, onde os próprios anarquistas têm como força pública social uma influência que a revolução certamente aumentará enormemente, seria necessário, para chegar a constituir um governo forte, uma ditadura como a que figura no programa bolchevique, ou para tentar sozinho, esforços de tal magnitude que consumiriam e esgotariam as melhores energias socialistas e revolucionárias.

Seria uma perda que não teria compensação. Seriam esforços, sacrifícios, tempo e talvez muito sangue tirados do trabalho livre e ainda mais vital de uma verdadeira reconstrução da sociedade humana.

A Produção Durante o Processo de Mudança

Nós não negamos absolutamente a importância do problema da continuação e intensificação da produção. Já o dissemos; e repetimos agora que isto deve ser resolvido cuidadosamente para ter uma norma aproximada sobre o que é necessário realizar, para evitar ilusões e sobretudo para que todos adquiram plena consciência das dificuldades que uma revolução encontrará. Possivelmente aqui também os anarquistas participam do equívoco geral entre todos os socialistas de ver as coisas sob um prisma muito rosado. O único, talvez, que entre nós reagiu contra esse otimismo ingênuo foi Malatesta, sustentando que a revolução se converterá, apenas vitoriosa, em um problema de produção; pois não é verdade o que alguns creram durante algum tempo, que bastava derrubar o governo e expulsar os senhores para que tudo se acomodasse por si mesmo, para que haja meios de alimentação para todos até que se possa voltar pacificamente de novo a viver uma vida tranquila.

Sobre a Disciplina do Trabalho

Desde o primeiro momento nos encontraremos na estreiteza.

É preciso, pois, persuadir-se e fazer compreender à classe operária – de modo que desde agora esta ideia se encontre intimamente ligada na consciência de todos à ideia de revolução – que a revolução não deve e não pode ser uma “greve geral” propriamente dita, exceto nos primeiros momentos; e que quase imediatamente as ferrovias e navios devem voltar a circular e os trabalhadores a produzir os artigos de primeira necessidade.

Isto deve acontecer mesmo enquanto se combate. Ou seja, enquanto uma parte da população operária, a mais jovem e ardente, se oponha à resistência armada burguesa e não possa pensar em outra coisa, outra parte, mais fraca e inapta para combater, incluindo as mulheres, é preciso que trabalhe na retaguarda da revolução para que não falte nem aos combatentes nem à restante população o pão, o vestido, o fogo. Só para os primeiros dias poderão bastar as provisões sequestradas nos armazéns e nas despensas privadas da burguesia; em breve não haverá nenhum comestível para expropriar. Isto deve servir de conselho aos revolucionários para não fazer demasiados esbanjamentos e para evitar destruições inúteis desde os primeiros momentos, e à classe operária em geral para voltar rapidamente ao trabalho, não já para os outros, mas para si mesma. Do contrário, a fome abrirá as portas e receberá de braços abertos o primeiro aventureiro armado que de qualquer país reacionário vier para restabelecer a tirania, levando ou mesmo prometendo apenas um pãozinho.

Mas é utópico, para não dizer maluco, pensar que a classe trabalhadora, imediatamente após ter se livrado do jugo, pode *ser forçada* por um novo governo, mesmo que tenha sido constituído em seu nome, a trabalhar como antes.

Um governo que pretendesse disciplinar com a Força, a partir do centro, o trabalho da classe operária de toda uma nação e obrigar está à obediência deveria transformar toda fábrica em um quartel, no qual uma metade armada estaria para vigiar a outra metade que trabalha. E ainda assim nenhum resultado seria alcançado e a classe trabalhadora se revoltaria muito em breve.

Detenhamo-nos nesta crítica apriorística, já que não é possível que nenhum socialista pense algo semelhante. Mas a verdade é que tais conclusões devem ser tiradas aceitando, mesmo no campo da produção, no campo econômico, o conceito de organização e de disciplina “ditatorial” do trabalho. Por isso nos parece impossível (mas a experiência demonstra que é assim) que Lênin e seus partidários interpretem a disciplina no sentido restrito de submeter à autoridade central governamental toda a classe trabalhadora, como se fosse um exército obrigado a obedecer sem discutir as ordens de comando dos chefes.

Porque se no que diz respeito ao trabalho, eles quisessem dizer que em toda fábrica, oficina ou granja de produção os operários devem estar ordenados de modo que se obtenha o máximo de produção com um mínimo esforço e desperdício de material, nisso teriam razão. Basta notar que os marxistas têm demasiada inclinação para atingir este objetivo, para recorrer à disciplina externa coercitiva, à autoridade imperativa dos dirigentes, que ocuparia amanhã nas fábricas a posição dos atuais capatazes, diretores, etc., não exclusivamente técnicos. Essas inumeráveis pequenas “ditaduras”, tantas quantas são os grupos de trabalhadores que trabalham na mesma produção, seria algo diferente e infinitamente menos opressor (porque é mais fácil de conter pela ação direta dos trabalhadores) do que a própria ditadura estatal. Mas também aqui acreditamos que os marxistas, se insistissem, estariam errados. Nós, mesmo na esfera restrita da fábrica, da oficina, da fazenda, do campo — industrial, agrícola, dos serviços públicos etc.— pensamos que é necessário, é mais útil e menos prejudicial fazer um apelo à disciplina moral interior de cada indivíduo, ao acordo entre os trabalhadores sobre a forma de realização do trabalho e, por fim, ao seu reconhecimento espontâneo da maior competência da direção técnica para dar a melhor direção e orientar o trabalho. O engenheiro, nesse sentido, é uma autoridade legítima sobre os trabalhadores, como o médico sobre as enfermeiras, quando tal autoridade não exceda sua competência técnica especial e exclusiva.

Mas esse espírito de disciplina moral, de autogoverno como dizem os ingleses, ou seja, a capacidade da classe trabalhadora de governar a si mesma, não poderá ser plenamente formado, os trabalhadores não poderão adquiri-lo suficientemente, até que não seja possível movimentar-se livremente, experimentando suas próprias forças em contato com os fatos e gozando de plena independência.

Formas Diversas: Dentro do Socialismo

Também é verdade que essa capacidade e o espírito de disciplina moral ou autogoverno não viriam a ser formados espontaneamente, exceto com extrema lentidão; É precisamente por isso que é necessário doravante criá-lo ou estimulá-lo e cultivá-lo com propaganda, discussão, preparação, primeiro mental e depois material, através das várias formas de organização livre da classe operária e dos grupos revolucionários.

Nesse ponto somos agredidos pelas objeções de alguns que, especialmente por estarem impressionados com o caso da Rússia, sobre as dificuldades que surgiram para a socialização da terra, eles acham que uma autoridade central coercitiva, ou seja, a ditadura, pode ser necessária para forçar os elementos camponeses ao regime socialista, para superar seu apego à propriedade privada da terra, para também levar a cabo o comunismo, de boa vontade ou pela força, na campanha. O que sabemos parece-nos ter confirmado totalmente uma velha ideia anarquista; Em outras palavras, se a violência revolucionária é útil e necessária para derrotar a organização burguesa e estatal, para destruir as atuais organizações opressoras, para romper nossas cadeias políticas e econômicas, no trabalho de reconstrução, por outro lado, a violência torna-se prejudicial, a menos que seja necessário defender o trabalho de reconstrução dos ataques da violência estrangeira. Não podemos, portanto, usar de forma útil a violência contra aqueles que devem ser nossos cooperadores, nossos colaboradores na sociedade comunista, para forçá-los a tal colaboração, sem pôr em perigo a própria existência da nova sociedade. Ao fazer isso, construiremos o edifício sobre bases de areia e o primeiro choque o jogará no chão.

Com a derrubada do Estado burguês e a aniquilação do capitalismo, a reconstrução social deve ser realizada por meio da cooperação voluntária e libertária, por meio da persuasão e do exemplo, por meio de experimentos cada vez mais extensos e multiformes e não necessariamente uniformes. Até que ponto isso será possível desde o primeiro momento, não podemos prever, mas certamente não devemos criar obstáculos artificiais para nós mesmos de agora em diante, além daqueles que inevitavelmente surgirão de querer estabelecer um plano de reconstrução fixo e único a ser imposto por bem ou por mal. A tarefa da revolução é nos libertar da tirania do Estado e da exploração dos patrões, salvar ou nos defender das tentativas de um novo governo ou novos senhores, remover qualquer instituição de poder e impedir qualquer condição que permita ou possibilite que um homem possa viver explorando os outros, fazendo-os depender dele e trabalhar para ele.

Isso é importante para a revolução e para o socialismo: que ninguém mais seja explorado ou trabalhe por salário dependendo de alguém que ganha mais. Obtendo isso, já estaremos no socialismo. Então, no que diz respeito aos vários sistemas de organização do trabalho, de distribuição de produtos, etc., seria errado impor à força uma taxa única para todos. Somos comunistas porque acreditamos que a organização comunista da produção e do consumo é o tipo de socialismo mais perfeitamente realizável, em harmonia com as múltiplas necessidades de bem-estar e liberdade de todos os homens. Queremos para nós, portanto, a liberdade de nos organizarmos no comunismo em todas as partes onde for possível e onde encontrarmos as pessoas de acordo com a nossa forma de abordar o assunto. Mas não temos a intenção de impor à força nosso sistema aos outros, confiantes de que nosso exemplo será o melhor meio de persuadir os outros a nos seguir, assim como o exemplo de outros pode nos servir para melhorar, modificar e aperfeiçoar nosso sistema.

Nada impedirá que, por nosso lado, em certos ramos de produção, para certos tipos de consumo, se experimentem diversos sistemas, desde que em nós e noutros prevaleça o espírito de apoio mútuo, pelas trocas, pelos serviços públicos comuns, etc., e desde que nenhum sistema permita qualquer forma de exploração do homem pelo homem. Entre os vários tipos de organização, podem ser mais ou menos centralizados, de acordo com o tipo de obra, serviço público, necessidades do ambiente, etc. Os sistemas e os organismos serão modificados sucessivamente, de acordo com a experiência, a exemplo daqueles que são melhores, isto é, que custam menos trabalho e são mais úteis e produtivos para o bem de todos.

Mesmo em um regime totalmente anárquico estamos convencidos de que, embora a organização da produção e do consumo em bases comunistas seja o tipo dominante e a regra geral (e precisamente porque será uma regra livre e não necessariamente imposta a todos), não impedirá a subsistência – ou pela vontade de particulares ou por necessidades especiais do meio ou do trabalho – diversas formas de organização, coletivistas, mutualistas, etc., e mesmo algumas formas de propriedade individual, desde que isso não implique submissão ou exploração de qualquer pessoa.

A Atitude Correta Para Com o Campesinato

Tal estado de tolerância recíproca será tanto mais necessário em um período revolucionário, isto é, tolerância entre os explorados, vamos nos entender bem, entre os oprimidos e entre os trabalhadores libertos do jugo, não da tolerância para com os opressores e exploradores e suas tentativas perversas de recuperar o poder e o privilégio.

Entre os trabalhadores, que a revolução libertou de seus próprios atos, desde o início e desde o primeiro momento em que se derrotou a resistência do Estado e se iniciou o período de defesa e organização revolucionárias, deve reinar o máximo acordo possível; e este acordo não deve ser sacrificado à ideia de forçar certas classes, grupos ou indivíduos do proletariado a se conformarem a um único tipo preconcebido de organização, não desejado por eles, mesmo quando é teoricamente ótimo. Acima de tudo, é preciso evitar atos tão imperiosos contra a classe camponesa, mais capaz de interpretá-los de forma hostil, menos preparado e mais hostil a mudanças improvisadas; e, por outro lado, numeroso demais para ser capaz de dominá-lo ou ser capaz de negligenciar sua hostilidade.

Sentimos claramente que, mesmo que não fôssemos anarquistas e o espírito de liberdade que nos é peculiar não nos aconselharia, conseqüentemente com nossos princípios, tal atitude, ainda a teríamos por um senso prático de oportunidade revolucionária, para o que a revolução deve evitar cuidadosamente criar hostilidades de qualquer tipo entre as massas populares, deve fugir das armadilhas da discórdia e não deve ser obrigada a dirigir suas próprias forças a não ser contra as forças inimigas reacionárias e contrarrevolucionárias. Reconciliar os apoios e simpatias de todas as correntes proletárias e populares, deixando-as livres para se desenvolver e experimentar – quando não se trata, se entende, de tendências reacionárias a favor do antigo regime, caso em que são combatidas precisamente como inimigos – como deveria ser a tarefa da revolução. E essa missão libertária contrasta fortemente com a prática ditatorial, com todas as tentativas de sobrepor um estado centralizado à revolução.

Você pode ver aqui perfeitamente aqueles que objetam que nós, anarquistas, estamos certos em teoria, mas não na prática (e se fosse verdade, significaria simplesmente que a teoria estaria errada) ou que, pelo menos, nos acusam de não levar em consideração o lado prático das questões e nos limitarmos apenas a uma discussão doutrinária, como nesta questão da ditadura, teoria e prática estão totalmente de acordo, uma demonstração evidente de que o anarquismo é uma doutrina vital, realista e idealista ao mesmo tempo, a melhor não apenas em sua visão da sociedade futura, mas também como um guia prático na condução da revolução.

No dia seguinte à revolução, estaremos de fato nessas condições. Onde subsistisse o arrendamento, os arrendatários, com a eliminação dos patrões, passariam a ser os únicos proprietários das terras por eles trabalhadas. Os camponeses, que já são pequenos proprietários das pequenas terras que ocupam e trabalham, permaneceriam como estão. Onde subsiste o latifúndio e a terra é propriedade dos patrões e é trabalhada pelos trabalhadores, ou não trabalha, ou é deixada para pasto, etc., dois fatos seriam imediatamente apurados. Nas regiões mais atrasadas, ou onde a tradição de conquista da terra continua, os trabalhadores da terra vão invadir os campos e dividi-los. Onde, ao contrário, a “fome de terra” não é sentida ou menos sentida, onde as massas camponesas são mais modernas, onde organizações de resistência e cooperativas de camponeses se desenvolvem, fazendas, propriedades comuns, vastos estabelecimentos agrícolas podem ser organizados imediatamente de forma comunista.

Não haverá problema para as coisas permanecerem neste estado durante todo o período revolucionário. A pequena propriedade fundiária, formada recentemente, não pode ser obstáculo à revolução, ao comunismo da cidade ou de outras regiões, pois não terá necessidade de assalariados porque será autossuficiente; e por outro lado, diaristas e trabalhadores da terra de qualquer forma assalariados, não serão mais encontrados, ou porque se tornaram pequenos proprietários, ou porque foram absorvidos pelos estabelecimentos agrários comunistas. O importante, então, será dar a todos a garantia de que o novo regime defenderá a nova situação contra as tentativas reacionárias e que não poderá mudá-la sem o consentimento expresso e voluntário dos interessados. O importante, então, será direcionar os trabalhadores da terra, qualquer que seja seu sistema, para um cultivo intensivo do solo para alcançar o máximo rendimento dos produtos essenciais à vida. O importante será, mais uma vez, fornecer abundantemente aos camponeses, sem distinção, — para que eles, por outro lado, não mesquinhe a população urbana com os produtos da terra — matérias-primas, como fertilizantes, roupas, calçados, implementos agrícolas de todo tipo, desde os mais simples arados até as máquinas mais sofisticadas.

Se as organizações proletárias da cidade fizessem isso, não haveria necessidade de uma ditadura para obrigar os camponeses a trabalhar e alimentá-los. Os camponeses seriam os melhores aliados da revolução.

Depois de conquistada a vitória, quando todas as resistências burguesas forem derrotadas, na família humana que daí resultará, será possível continuar a discutir com os próprios camponeses sobre a melhor organização da terra arável. E será, acreditamos, o exemplo da fazenda agrícola comunista que aos poucos vai convencendo a todos e aos poucos vai absorvendo os pequenos estabelecimentos familiares, herdados da velha sociedade ou formados durante o primeiro período revolucionário. É assim que o comunismo anárquico será alcançado.

Delegação de Funções e Não Delegação de Poderes

Um amigo a quem apresentamos o dilema do Malatesta – *ou as coisas são administradas de acordo com os pactos livres das partes interessadas e pelas próprias partes interessadas, e então temos a anarquia, ou eles são administrados de acordo com as leis feitas pelos administradores e então temos o governo ou o Estado, que inevitavelmente se torna tirânico* – ele nos objetou que precisamente falta o que é essencial: o poder de administrar. Mas o que é que confere esse poder? Certamente não o fato de serem os expoentes mais destacados de um partido, nem de terem sido nomeados deputados ou comissários do povo. É um poder técnico que não é privilégio dos governantes, pois não é preciso ser governante para exercê-la.

Não excluimos os administradores técnicos, desde que escolhidos entre as partes interessadas, condição principal para que sejam competentes e administrem de acordo com os contratos livremente estipulados entre as próprias partes interessadas. Ou seja, trata-se de delegação sempre revogável de funções e não de delegação de poderes. Enquanto isso não for possível e forem os chamados administradores que fazem a lei segundo a qual irão administrar, ou seja, enquanto forem governantes, é evidente que não haverá anarquia. Nesse caso, a possibilidade da qual não excluimos, a função dos anarquistas é propagandear e lutar por um acordo livre para substituir a lei coercitiva, mas de forma alguma se tornarem governantes-administradores.

Além disso, mesmo hoje, aqueles que administram, no sentido prático da palavra, não são os governantes; estes, pelo contrário, dificultam a administração dos serviços e do patrimônio público, enviam os verdadeiros administradores e desviam e degeneram a sua missão em benefício próprio. A indústria ou o comércio, as ferrovias, os correios e telégrafos, todos os serviços públicos, etc., são *administrados* por governos ou por ministros? Os verdadeiros administradores são os funcionários técnicos dependentes, quase sempre desconhecidos, que, por serem úteis e necessários, não têm vantagem em serem funcionários do Estado, pelo contrário, são prejudicados pelo servilismo que impede os seus serviços.

Da mesma forma, na gestão do patrimônio privado, a função administrativa mais útil, a única necessária, certamente não é a dos acionistas, dos proprietários e dos banqueiros, mas sim do pessoal administrativo de cada serviço, cada fábrica, cada estabelecimento, cada empresa, estipêndio ou assalariado e não empregador. Ora, por que suas faculdades administrativas não deveriam ser utilizadas de forma libertária, sem sobrepor órgãos de coerção e controle, inúteis na prática quando não prejudiciais?

É claro que enquanto as partes interessadas, ou, pelo menos, um número suficiente delas, não tiverem uma certa consciência de suas necessidades e da melhor forma de satisfazê-las e de seus direitos e deveres, a anarquia não será possível. Mas essa consciência não pode se formar neles enviando-os, impondo-se com força, mas criando novas condições que possibilitem a formação e o desenvolvimento de tal consciência. Os homens livres não são formados na servidão, fora de pequenas minorias; só a liberdade pode dar a consciência libertária às grandes majorias. E por isso é necessário que haja, durante e depois da revolução, um partido que lute principalmente pela liberdade, que conquiste e defenda o máximo de liberdade para todos.

É verdade que a liberdade não é o único problema social importante e não queremos deixar os outros esquecidos; mas é um dos mais importantes; antes, parece-nos que, depois do problema do pão, é o mais importante de todos. Poder-se-ia mesmo argumentar que o problema da liberdade está em primeiro plano, se pensarmos que o trabalho assalariado é uma forma de servidão, que, em substância, os patrões são os opressores, os inimigos da liberdade dos trabalhadores que exploram; Se você pensa que, se fôssemos livres da opressão do Estado, se o governo não impedisse toda a liberdade de movimento, em breve nos livraríamos de qualquer outra opressão e resolveríamos todos os outros problemas. Não seria difícil mostrar que todo problema social se reduz, em última análise, a uma questão de liberdade.

Enquanto não houver liberdade para todos, a oposição ao governo, a oposição à autoridade será a condição principal e indispensável de todo progresso. Ao contrário, toda pretensão autoritária e coercitiva, mais ou menos legalizada, tende a travar todo tipo de progresso, inclusive o da produção econômica. Imaginemos então o que aconteceria quando a coerção tendesse a estabelecer por meio do centralismo um único sistema de trabalho e produção!

A imposição autoritária de um único tipo de comunismo ditatorialmente ordenado pelo Estado, enquanto, por um lado, multiplicaria os inimigos da revolução e poderia determinar seu fracasso, por outro, conduzir-nos-ia, mesmo que consiga, ao comunismo de Estado, isto é: à criação de um padrão

único e central, que sintetizasse as duas tiranias atuais, a do governo e a do proprietário. Isso nos levaria, portanto, na melhor das hipóteses, a um fim oposto à anarquia.

A Defesa Armada da Revolução

Uma das dificuldades mais sérias que podem impedir o desenvolvimento da revolução, quando ela irrompe em um único país, por mais vasto que seja, é a hostilidade dos governos burgueses estrangeiros, especialmente quando essa hostilidade se expressa por meio de uma verdadeira guerra armada, com tentativas de sufocar a revolução invadindo o território insurgente com exércitos.

É necessário, portanto, defender, ainda que militarmente, o território da revolução: isso é evidente. Enquanto durar essa necessidade, um exército deve ser mantido, todos aqueles corpos anexados e relacionados devem existir, com os quais todo princípio anárquico está em contradição aberta. Não porque sejam meios violentos, vamos nos entender bem, mas porque são violentos de uma forma mais ou menos governamental. Enquanto essa necessidade perdurar, uma organização verdadeiramente anárquica pode não ser possível, pelo menos nos primeiros momentos; o que, no entanto, equivale a dizer que tal necessidade será um freio perigoso para a revolução e que enquanto subsistir a revolução não poderá se desenvolver e necessariamente sofrerá uma parada em seu curso.

Em todo caso, o exemplo russo e o de quase todas as revoluções anteriores mostram que a ameaça militar externa é uma eventualidade que deve ser examinada. Uma vez admitido o inevitável, isto é, que a revolução deve se defender, o problema da ditadura se apresenta nos seguintes termos: É a concentração dos poderes mais absolutos nas mãos de um governo ditatorial necessário para a defesa do país em revolução? Este sistema é mais útil ou melhor (mesmo sob ameaça externa) é necessário e mais útil para preservar o máximo de liberdade possível, o máximo de autonomia para cada organismo particular e cada localidade? Desnecessário dizer que estamos inclinados à segunda hipótese, de cuja correção estamos firmemente convencidos, não por um apriorismo dogmático, mas antes pelo ensino fornecido pelas revoluções passadas e pelo exame objetivo das condições em que a revolução proletária terá de se desenvolver.

**A Revolução Francesa e o
Julgamento de Mikhail Bakunin**

Só a ação direta e livre do povo pode concorrer efetivamente e com verdadeira implacabilidade para a defesa contra as intimidações internas. Quando em 1792 os exércitos da reação europeia invadiram a França para reprimir a revolução e restabelecer o poder real, os exércitos franceses foram derrotados a princípio; e a vitória só foi alcançada quando os soldados foram persuadidos de que estavam realmente defendendo a revolução, assegurados disso pela notícia de que a ação direta e livre do povo de Paris havia derrotado em 10 de agosto os nobres entrincheirados nas Tulherias e prendeu a família real – “o lobo, a loba e os filhotes” – e em setembro seguinte ele fez uma limpeza radical real de quantos inimigos internos ele poderia capturar. O governo revolucionário nunca poderia ter alcançado isso; O que é necessário então, em primeiro lugar, no interior, deixar o povo livre para exterminar seus inimigos e não centralizar essa tarefa nas mãos do governo.

Mas mesmo como cooperação ativa no trabalho de defesa militar, será muito mais útil confiar na iniciativa popular que se manifesta na liberdade, do que nos mecanismos governamentais, nos centralismos ditatoriais, em concentrações burocráticas, que neutralizam esforços e vontade, impedem serviços e desperdícios, se deterioram, destroem materiais, suprimentos, alimentos, etc.

Bakunin também se preocupou em sua época com a necessidade de defender o território da revolução contra invasões reacionárias e estrangeiras quando, no dia seguinte a Sedan, em 1870, o povo francês se livrou do império de Napoleão o Pequeno, proclamando a república, mas ele se viu na necessidade de salvar sua liberdade dos vitoriosos exércitos alemães. Em seu livro **O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social**, Bakunin argumentou que não havia outra salvação para a França senão transformar a revolução política em social, o de dar ao povo o máximo de liberdade e ao proletariado a sensação de lutar por uma pátria que realmente se tornou sua.

Naturalmente, Bakunin não escondeu a necessidade, para a defesa militar da revolução, de disciplina e também de uma certa autoridade hierárquica nas milícias.

Mas ele teve o cuidado de não sacrificar a essa necessidade o próprio princípio da liberdade, isto é, uma das fontes mais poderosas da revolução, um dos coeficientes de vitória mais eficazes contra os mesmos inimigos externos.

“Apaixonado pela liberdade, confesso que desconfio muito de quem tem sempre na boca a palavra disciplina, sobretudo quando significa despotismo de um lado e automatismo do outro ... A estranha escravidão que a sociedade francesa suportou desde a grande revolução deriva em grande parte do culto à disciplina estatal, herdado de Robespierre e dos jacobinos. Este culto perde a França, paralisando a única causa e o único meio de libertação que resta: o livre desenvolvimento das forças populares; e fazê-lo buscar a salvação na autoridade e na ação ilusória de um Estado, que hoje nada mais é do que uma vã pretensão despótica, acompanhada de uma impotência absoluta.

Mas, por mais inimigo que eu seja do que na França se chama disciplina, reconheço que uma certa disciplina, não automática, mas voluntária e racional, que se harmoniza com a liberdade individual, é e sempre será necessária para todo trabalho ou ação coletiva. No momento da ação, em meio à luta, as funções são divididas de acordo com as faculdades de cada um, estimadas por toda a comunidade; Alguns dirigem e comandam, outros executam. Mas nenhuma função é petrificada, fixa ou irrevogavelmente confiada à mesma pessoa. Ordem e progresso hierárquico não existem; para que o comandante de ontem possa se tornar um subordinado hoje. Ninguém se eleva acima dos outros ou, se se eleva, é para cair novamente um instante depois, como as ondas do mar que sempre voltam ao nível saudável de igualdade⁵.

Técnicas Militares Adequadas

Tudo isso é dito em relação ao governo civil, para reduzi-lo aos mínimos termos possíveis, e ao mesmo tempo em relação ao governo militar da guerra de defesa. Por isso, não seria supérfluo recordar outra opinião competente de alguém que, apesar de revolucionário e socialista com tendências libertárias, era também um soldado profissional, um estudioso das coisas militares e da guerra, que estudou a arte da guerra nos livros e sobretudo nos fatos, participando das revoluções e guerras de 1848–1849: Carlo Pisacane, um praticante muito mais que um teórico da revolução.

Depois de ter chegado, estudando as guerras daqueles anos, à conclusão de que se as massas não realizarem diretamente o conceito da revolução, **o governo que emergiu da insurreição só substituirá o caído e combaterá a revolução se ela não concorda com as ideias dos indivíduos que o compõem**; depois de ter dito em outro ensaio sobre a Revolução que a ditadura, **impotente para produzir o bem e fonte de todo o mal, é também completamente impotente para conduzir a guerra** (e a declaração é seguida por uma longa demonstração)⁶, ele retorna ao mesmo argumento em outro livro, muito esquecido, dedicado exclusivamente a questões militares⁷.

Sobre a forma técnica de organizar as milícias para a defesa da revolução, em regime de liberdade, não é nossa tarefa discutir aqui. No entanto, seria necessário que essa questão fosse estudada com antecedência, em vez de se ocupar confortavelmente em pensar no que a ditadura indesejável pode fazer ou no que o povo pode improvisar.

Carlo Pisacane mostra que uma boa defesa armada da revolução é incompatível com um regime ditatorial.

“Dizer a uma cidade: reconheça tal chefe; prescrever os limites de uma insurreição é perder tudo, é prova de falta de sentido prático; e é estranho que aqueles que não falam de nada além do destemor e da exaltação popular fingem que tudo se curva à sua vontade suprema; Para eles, só quem obedece é um povo ... Tolos! O inimigo expulso, a cidade libertada, os cidadãos, já comemorando sua vitória, adormecem sobre os louros ... e elegem um governo, deixam-no encarregado de dispor de tudo e, sem olhar em volta, preocupam-se apenas em se preparar para a defesa ... E o governo, enquanto isso, se ocupará em encontrar os generais, em montar o exército, escolher os líderes entre os amigos, e assim as revoluções morrerão miseravelmente. Para trazê-los de volta à vida, não há outra maneira senão manter o povo em constante movimento e não deixar o destino nas mãos dos ditadores ... Sem esperar a sentença dos ditadores ou consultar a vontade de tantos que em casos semelhantes querem governar, organizações militares e civis emergirão das próprias entranhas da nação. A unidade resultará precisamente do absoluto, liberdade proclamada, como lei soberana”⁸.

1.

Pisacane, C. **Guerra combattute in Italia**, p. 317 e **Saggio sulla Rivoluzione**, p. 203.

1.

Pisacane, C. **Ordinamento e Costituzione deile Milizie Italiane**. Palermo, 1901. [8] Pisacane, C. **Come ordinare le nazione armata**, p. 148–154.

Para apontar alguns dos sistemas recomendados por Pisacane, diremos que ele postula que a condução das operações militares seja independente do poder político, que as forças armadas não sejam superiores às necessárias, segundo as fronteiras a defender, que as hierarquias e patentes se limitem ao mais essencial e representem uma verdadeira diversidade de funções, que os militares estejam convictos da bondade da causa que eles lutam, que cada oficial seja nomeado por livre escolha daqueles que ele comandará, que os interesses das milícias estejam ligados aos de toda a comunidade e que sua utilidade dependa de sua própria condição de cidadãos e não de soldados, que a unidade de ação resulta não da autoridade dos chefes, mas da forma de instrução das massas, a fim de transformar o dogma ignóbil da obediência cega em profunda convicção⁹.

Outros meios ainda úteis poderiam ser apontados aqui para refrear a tendência sempre possível dos chefes militares de exagerar e estender sua autoridade em detrimento da revolução. Por exemplo, o sistema adotado de certa forma pela revolução francesa, e também elogiado por Mazzini, de delegar comissários civis, representantes da revolução perante os soldados, mas não enviado por um poder central, mas pelas comunidades livres, pelas comunas revolucionárias, entre os soldados que eles mesmos forneceram. Esses comissários seriam investidos de maior poder do que os demais, de tal forma que

os soldados da revolução se sintam sempre acompanhados da solidariedade de todo o país e que a vigilância disso refreie os desejos autoritários e liberticidas, possíveis de desenvolver em qualquer pessoa, por qualquer motivo.

Mas é inútil, repetimos, entrar em tais particularidades, que indicamos apenas para dar uma ideia do que pensamos. Tampouco se pode obter nada de perfeito nessa direção, pois, para o bem ou para o mal, será sempre uma direção nada anárquica. Alguns defeitos, previsíveis a partir de agora e visíveis ao leitor anarquista, podem ser eliminados, algumas imperfeições evitadas; mas a contradição permanecerá, como fato que terá de ser sofrido por força maior. Mas uma coisa é sofrer à força com a adoção de algumas medidas autoritárias, buscando o menos autoritário possível e limitando ao máximo o poder, e outra coisa é escolher entre essas medidas precisamente a mais autoritária e a mais tirânica que existe — como a ditadura — tornando-se seus arautos *a priori* e apresentando-a às massas como um ideal que merece ser alcançado.

Além disso, o elemento psicológico não deve ser negligenciado na propaganda. Por outro lado, os marxistas, indicando a instauração da ditadura como o objetivo mais digno do povo, contra o qual sempre, ainda que necessário, seria necessário estar atento à desconfiança proletária, eles correm o risco de preparar um terreno favorável para os inimigos da classe trabalhadora; Por isso, um dia ruim, em vez da ditadura do proletariado, podemos nos encontrar com a ditadura do militarismo no pescoço.

Uma Defesa Anárquica da Revolução

Que uma defesa anárquica da revolução seja possível, mesmo militarmente, embora possa parecer difícil para nós, não é, no entanto, uma possibilidade que deva ser completamente excluída, quando até uma revista totalmente favorável à ditadura do proletariado nos falou em 1919 da resistência oposta a Denikin na Ucrânia pelo general anarquista Makhno, uma das personalidades mais notáveis do país (segundo o referido jornal) e que exerce uma enorme influência sobre as massas.

“Um anarquista militante, *inimigo de qualquer ditadura centralizadora, mesmo em matéria militar*, é compreensível que tenha provocado a animosidade de Trotsky, que não quis colaborar com os *voluntários*. Ele é, no entanto, um espírito ardente e sincero; um homem de outra forma completamente devotado ao regime dos soviets, mas baseado em uma descentralização regionalista. A revolução deve muito a ele; talvez por seus esforços toda a Ucrânia se torne soviética na próxima primavera”¹⁰.

Durante algum tempo Makhno dirigiu os bandos insurgentes contra a política agrária do Partido Comunista, inspirado por um programa inadequado às condições do país; Assim, como estes não foram levados em conta pelos bolcheviques, eles determinaram a inimizade de grande parte da população. Isso confirmaria o que dissemos acima, mesmo em relação à questão das relações entre os revolucionários da indústria urbana e as massas camponesas. Mas as mesmas gangues de ontem, por serem antibolcheviques, consideradas antirrevolucionárias, tornaram-se mais tarde a ameaça mais formidável por trás dos generais reacionários Denikin e Wrangel; e na verdade favoreceu as próprias operações militares do exército vermelho comunista.

De qualquer forma, entendemos que, após a revolução, um regime não anarquista poderia se estabelecer em seu território e que mesmo, pelo menos por enquanto, essa é a eventualidade mais possível e mais provável. O que pode acontecer é que a maioria dos trabalhadores que participam do movimento parecem mais inclinados a um regime socialista ou republicano, enquanto os proletários anarquistas ainda constituem uma minoria; seja pela influência de fatores diversos e externos, entre os quais devemos listar a já examinada eventualidade de ataques militares por parte de Estados burgueses estrangeiros. Podemos querer que a revolução tome uma certa orientação; a revolução, pela força dos acontecimentos, por circunstâncias imprevistas, pela vontade das massas, etc., pode então tomar uma direção oposta, considerada por nós menos proveitosa.

Defender a Revolução: Um Dever Supremo

Mas em tal caso, se nós anarquistas nos opusermos à revolução ou nos retirarmos desdenhosamente para a Montanha Sagrada, nos fecharmos na torre de marfim de nossa intransigência, recusando nossas forças a defender a revolução, só porque ela não está indo completamente de acordo com nossos desejos? Nem em sonhos! Podemos e devemos nos recusar a contribuir com os erros dos outros, mas nosso dever de lutadores contra o Estado burguês, contra o capitalismo e suas sobrevivências, para expropriação e liberdade, é um dever que subsiste e que devemos cumprir com tanto mais energia quanto mais avançadas e intransigentes forem nossas ideias. O dever e o interesse de defender a revolução permanecem intactos para os anarquistas, apesar de sua orientação estatal e apesar de seus métodos, contra inimigos internos e externos.

Ausentar-se, recusar o dever supremo de defender a revolução, significaria, na verdade, trair-se, pois o resultado seria uma revolução ainda menos radical e menos libertária. Pelo contrário, qualquer governo que emerja da revolução será tanto menos opressivo e permitirá tanto mais liberdade quanto mais libertários, isto é, os defensores da liberdade foram e continuam sendo os bravos defensores da revolução em todos os campos da multiforme batalha. A revolução será animada por um espírito mais igualitário, quanto mais forças de oposição, ultrarrevolucionárias e libertárias, existirem no país, que defenderão o espírito integral da revolução mesmo dentro do país; tanto mais numerosos são os núcleos, as associações e as instituições que reivindicam a liberdade de gerir os seus próprios interesses por conta própria e de organizar com igual liberdade as suas relações com o resto da sociedade.

Objeta-se que essa oposição ao poder futuro poderia favorecer tentativas contrarrevolucionárias de dentro e de fora, enfraquecer a posição geral e a defesa militar da revolução. Dizer isso significa não entender o caráter e o espírito da oposição antigovernamental e anárquica. Por outro lado, a falta de oposição ao governo poderia muito bem provocar nele uma maior degeneração, a ponto de transformar o próprio governo no centro da tão temida contrarrevolução. Mas mesmo que isso não acontecesse, deve-se entender que a oposição anarquista estaria sempre em uma direção ainda mais revolucionária, ou seja, visando ferir os resquícios do passado com toda energia e intransigência possível e nunca favorecendo-os; de resto, mesmo estando na oposição, não deixaria por isso mesmo de dar o seu apoio mais ativo — pelo contrário, isso seria sempre certo e inevitável — para combater no campo de ação, de acordo com as outras forças revolucionárias de outro tipo, qualquer tentativa reacionária e burguesa de fora ou de dentro.

Costuma-se dizer entre nós, desde os tempos de Bakunin, que a revolução será anárquica ou não será; mas há quem entenda mal esta fórmula, como se dissesse: ou a revolução terá uma orientação anárquica e se encaminhará para a anarquia, ou então não queremos saber nada dela. Não é isso. Bakunin queria fazer entender que, para ser bem-sucedida, a revolução precisa que todas as forças latentes no povo sejam desencadeadas, sem freios ou coerções, em todos os lugares e em todos os sentidos, e de fato, é assim que se espera que aconteça no primeiro momento insurrecional. Se muito tempo fosse desperdiçado ordenando, supervisionando, etc., se as ordens fossem esperadas em todos os lugares dos patrões ou de um centro, a reação quase certamente ganharia vantagem. A vitória da revolução será mais certa se a iniciativa revolucionária se desenvolver voluntariamente em todas as partes do território, atacar diretamente as organizações autoritárias e, uma vez derrotadas, proceder à expropriação.

Forças organizadas, ordenadas, movidas por este ou aquele centro, guiadas por dirigentes, etc., concorrerão na revolução, e também poderão ser muito úteis. Mas essas forças por si só seriam insuficientes e chegariam sempre muito tarde se a primeira ação anarquista, mais ou menos formalmente disciplinada, mas unânime por uma disciplina interna mais sólida (já que será composta por uma unidade de tendências) não tivesse superado a primeira resistência, desembaraçou o campo de operações e impediu que as forças inimigas — com o assalto imprevisto e em todos os pontos — pudessem se encontrar, coordenar e se unir. Mesmo nesse sentido, portanto, a ação anarquista (entendida não apenas no sentido de partido, mas de uma forma mais geral) tem uma função essencial que, se renunciássemos a ela, nos incorporarmos a uma espécie de exército com seus quadros à espera de ordens de chefes ou centros, talvez abrissemos mão da vitória.

A revolução, portanto, mesmo que não seja anarquista no sentido que gostaríamos, não deixará de ser uma revolução e não nos impedirá de participar dela; por mais ou menos anárquica que seja, mais ou menos autoritária, a verdade é que *quanto mais anárquica for a revolução, mais completa será e*

mais provável será a sua vitória. A missão dos anarquistas, então, é dar à revolução a liderança mais anárquica possível.

Uma forte orientação libertária

Se a anarquia não surgiu da revolução, é previsível que ela levaria ao estabelecimento de uma república socialista; mas a forma da política importará pouco e a substância que ela contém importará muito mais. Agora, da revolução emergirá uma forma de governo que é tanto mais fraca e, portanto, menos opressiva quanto mais avançada e radical for a própria revolução e quanto mais dela tivermos participado, contribuindo com nosso ardente espírito de liberdade, destruindo todas as possíveis sobrevivências autoritárias e realizando organizações autônomas para a vida coletiva no mais alto grau. Mesmo dentro de um regime não anarquista, teremos que tentar a realização de tanta anarquia quanto nossas forças permitirem.

Esta será a ação precisa dos anarquistas para a defesa da revolução. Este dever e sua importância não são realizados por aqueles para quem a hipótese de que a anarquia não pode surgir da revolução é suficiente para deduzir que devemos ... renunciá-la provisoriamente e nos tornar, também, partidários do governo que se constitui e talvez até fazer parte dele!

Uma república burguesa também poderia emergir da revolução, e tal eventualidade não nos impediria de participar igualmente da revolução com nosso próprio programa, mas deveríamos mesmo neste caso nos tornarmos apoiadores e cooperadores do novo regime? Todos entendem que não é possível. Bem, estaremos sempre na mesma situação, como adversários de fora, enquanto um regime anarquista não emergir da revolução.

De resto, não é totalmente impossível que a revolução possa ocorrer em um sentido libertário, já que temos um número suficiente de apoiadores convictos dispostos a dar-lhe tal orientação. Hoje, no período de propaganda e preparação revolucionária, tal propaganda e preparação não podem, de nossa parte, ter outra orientação que não a anarquista, para que o número de convencidos aumente cada vez mais e o espírito libertário se espalhe amplamente entre as massas e ao mesmo tempo que, quando estourar, a revolução possa se desenvolver na direção desejada por nós, completamente ou tanto quanto possível. E isso acontecerá em maior medida quanto mais propaganda e preparação anarquistas fizermos. Se, pelo contrário, começamos hoje, como gostariam alguns amigos socialistas nossos, a sustentar que é necessário um governo, ou melhor, uma ditadura para o triunfo da revolução, contribuiríamos para criar ou aumentar artificialmente essa necessidade, em vez de eliminá-la; e assim difundimos entre as massas um espírito contrário às nossas ideias e aos interesses da revolução.

Devemos, portanto, propagar hoje, tanto quanto possível, ideias e sentimentos que possam dar um espírito anárquico e orientação à revolução; e em tempos de revolução devemos reivindicar o direito de aplicar tal orientação, mesmo como minoria. Esta será a melhor defesa que podemos fazer da revolução.

Nossas ideias, as concepções que temos da futura organização social, nosso critério sobre o desenvolvimento da revolução, impõem-nos uma certa linha de conduta mesmo na eventualidade muito provável do estabelecimento, no período revolucionário, de um novo governo, seja mais liberal, com uma forma de república social de tipo federalista, ou mais autoritário e centralizado, como sustentado pelos partidários da *ditadura do proletariado* e como toda ditadura é por natureza.

Esta linha de conduta — que deve ser ao mesmo tempo revolucionária e anarquista — emerge implicitamente de tudo o que dissemos até agora; e explicitamente, em grande medida, foi por nós exposto quando admitimos a hipótese da necessidade de uma defesa militar da revolução e, conseqüentemente, de alguma forma de autoridade e de um mínimo inevitável de instituições governamentais. Se tal hipótese deve ou não ocorrer, no todo ou em parte, não é uma questão a ser discutida aqui. Preferimos que não aconteça e todos devemos trabalhar para o evitar, mas a questão é outra. Ou seja, admitir que esse estado de coisas seja realizado, contra nossa vontade e nossos esforços, pela prevalência de opiniões contrárias, por circunstâncias imprevistas ou por força maior dos eventos; então, em relação às nossas ideias, isto é, para realizar mais seriamente sua realização, **no interesse prático da própria revolução**, que atitude os anarquistas em particular e as forças mais conscientemente revolucionárias do proletariado em geral podem adotar de forma mais útil?

É justamente isso que tentaremos ver no próximo capítulo.

Papel dos Anarquistas em Períodos de Transição

O movimento proletário e subversivo está hoje dividido em facções e correntes mais ou menos hostis entre si, que, no entanto, têm um mínimo de objetivos comuns a alcançar, especialmente a demolição, e que por outro lado não poderão realizar sem aderir de fato, ainda que temporariamente, no momento da ação.

Os anarquistas, os socialistas e os sindicatos profissionais de uma ou outra orientação tendem conjuntamente a derrubar as atuais instituições políticas e econômicas.

Querendo enquadrar todo o movimento e toda a revolução sob sua autoridade e liderança exclusiva, eles (os marxistas) aceitam qualquer colaboração estrangeira que os ajude, mas sem reconhecer qualquer liberdade de iniciativa; e daí deriva um obstáculo perpétuo a uma verdadeira concórdia que de outra forma seria possível. Desta forma ultrapassam sua função específica, o que impede os anarquistas de desenvolverem a sua própria. Mas, por outro lado, nossa função não nos impediria absolutamente de cooperar com os socialistas, desde que sejam animadas por um maior espírito de tolerância e compreensão por todas as coisas em que nos harmonizamos e por todos os fins que temos em comum.

Sempre que os socialistas travam uma luta mesmo parcial, contra o capitalismo e contra o governo, por melhorias imediatas, pela diminuição da exploração e da opressão, pelo aumento do bem-estar e da liberdade, eles estão certos da solidariedade dos anarquistas no campo da ação direta popular e proletária. Quanto mais nos solidarizarmos, ao lado deles e na vanguarda, mais alcançamos o terreno da luta em um conflito definitivo contra o capitalismo e o Estado.

**O Período Revolucionário Não Será
Curto**

A dissidência se manifesta onde começa a função específica dos anarquistas como revolucionários e inimigos da autoridade. Mesmo estando presentes em todos os lugares onde há uma luta, por pequenos ou grandes fins, contra o privilégio econômico ou político, os anarquistas não silenciam que qualquer melhoria obtida enquanto durar a opressão capitalista e estatal é ilusória ou de curta duração. Depois da guerra isso é ainda mais verdadeiro. Por outro lado, se a sua solidariedade é plena e entusiasmada com a ação do povo que vai às ruas, do proletariado que se organiza e faz greves parciais ou gerais, que toma a fábrica e a oficina como seu campo de luta, que resiste ou ataca o capitalismo diretamente em seu próprio terreno, os anarquistas se tornam claramente hostis a qualquer tentativa de transformar o estado de luta em acomodação com o inimigo, em colaboração de classes, em participação nas funções diretivas do capitalismo e representante do Estado burguês.

Esta é a razão pela qual os anarquistas são e continuam sendo opositores da política eleitoral e parlamentar do reformismo legalista e colaboracionista, de qualquer relação que não seja de inimizade e disputa acirrada contra os patrões e contra o governo. A função, o dever dos anarquistas, no movimento social atual, consiste precisamente, como revolucionários que são, nisto: manter o sulco aberto e o estado de luta entre o proletariado e o capitalismo, entre o povo e o governo, vivo; como inimigos de todo poder, em manter vivo o espírito de revolta contra toda autoridade coercitiva e legal, em combater, mesmo em meio ao movimento proletário, as tendências autoritárias, centralizadoras e ditatoriais de indivíduos, grupos ou partidos. Assim, os anarquistas dão ao problema do Estado na prática, na ação imediata, no dia a dia, a mesma solução negativa que na teoria, seja trabalhando na desintegração e destruição do Estado atual (mesmo em conjunto com outras forças que cooperam para fins diversos), seja dificultando agora a formação ou consolidação de um futuro Estado ou governo. A luta contra o Estado é a principal função que, sem excluir as demais funções, caracteriza o anarquismo contra todos os demais partidos.

Quanto mais os anarquistas desenvolverem essa função própria, mais próxima a revolução chegará e se desenvolverá na direção de maior justiça e maior liberdade.

Mas, para exercer tal função revolucionária e libertária, os anarquistas precisam se manter o máximo possível, ou seja, não se deixar absorver pelos partidos ou movimentos que eventualmente estejam próximos e com os quais têm a oportunidade de travar alguma batalha comum, sejam eles socialistas, sindicalistas ou republicanos. Também a influência que poderíamos exercer sobre esses partidos e movimentos diferentes do nosso será muito maior e mais eficaz se vier de fora, aberta e explicitamente, do que se vier de dentro de forma enganosa e encoberta.

É fácil entender que o resultado de uma atitude tão intransigente é impedir que os anarquistas obtenham certos resultados, apoiar a classe trabalhadora em certas circunstâncias em que – porque os trabalhadores não têm vontade suficiente para se sacrificar para chegar diretamente ao fim, ou porque imaginam um sacrifício tão desproporcional pela pequenez do próprio fim – é impossível ter sucesso sem concordar com o inimigo, sem comprometer o capitalismo e o Estado, sem recorrer às leis, sem recorrer à ajuda dos políticos.

Neste caso os anarquistas, se são realmente assim, têm a coragem de não se preocupar com o sucesso e de dizer aos seus colegas de trabalho: “Desista de um resultado que lhe custa em dignidade e em abrir mão do futuro mais do que você obterá, e trabalhem para se fortalecerem para conseguirem muito mais com sua ação direta; mas se nosso conselho não o persuadir, não espere de nós a concordância de um ato que não aprovamos, que não entra em nossa missão, e procure ajuda em outro lugar”.

Essa linguagem e essa atitude não são adequadas, é verdade, para nos conquistar em tempos comuns, a atenção das grandes massas. Mas é assim que preparamos o terreno para tempos extraordinários. Ou seja, formamos a minoria revolucionária cuja missão é dar os primeiros golpes nas portas fechadas do futuro. Então os anarquistas não estarão mais sozinhos e as minorias se tornarão majorias. Mas isso acontecerá com a condição de que tais minorias não abdicuem hoje em sua missão específica de negação, intransigente, “futurista”, muito seduzida pelo desejo de aumentar suas próprias fileiras além do que é possível e suficiente para todas as necessidades que surgem em todas as circunstâncias.

Os anarquistas, partido minoritário, não seriam suficientes para todas as funções do movimento social e trabalhista. Sem se preocupar com uma colheita prematura, deixando para outros todos os aparentes sucessos imediatos, eles também deixam para trás as funções de compromisso, submissão ou autoritarismo, que a baixa mentalidade das grandes massas cria e alimenta. Eles se movem livre e

independentemente dentro da massa, em contato com ela, participando de seus sacrifícios e agitações, mas não de suas fraquezas, transações e renúncias.

Este é, entenda, o programa ideal do anarquismo, que não exclui que, pessoalmente, infelizmente, anarquistas também se comprometam, resignem e pareçam fracos. Falamos da direção geral anárquica, que deve estar de acordo com as ideias que a animam. Na realidade, pode incorrer em falhas e erros, como acontece com outros jogos. Mas o que a distingue é o reconhecimento dos seus próprios erros, sempre incontornável naquele que mexe e trabalha, e seu esforço contínuo para evitá-los e corrigi-los, a fim de cumprir ao máximo sua função específica de ser o punhado de fermento de que fala a parábola bíblica.

Fermentação da liberdade e da revolta, além de difundir ideias, o anarquismo tem como tal, e de acordo com seu programa, um terreno tão vasto para cultivar, que não tem tempo nem maneira de invadir o campo das atividades alheias, ao qual é caso contrário, inadequado. Se conseguir cumprir sua missão específica, o que não é fácil, terá contribuído com a maior e uma melhor homenagem à revolução ou à reconstrução da futura “cidade do bom acordo” de que nos falou Reclus, na qual os homens viverão segundo a justiça, livres e iguais.

A tarefa e função dos anarquistas, antes e durante a revolução, tem um objetivo específico, um campo de ação específico e eles não podem pretender cobrir todas as necessidades, resolver todas as questões que surgirem até o dia em que for possível estabelecer um regime comunista anárquico.

Também é verdade – e somente oponentes de má-fé podem nos imputar uma crença infantil oposta – que um salto do estado atual das coisas para outro perfeitamente de acordo com nossas ideias e nossos programas é muito improvável. Uma revolução é necessária, antes de tudo, para que o ambiente mude e transforme, como num caldeirão, a consciência da maioria; e talvez uma única revolução não seja suficiente. O período revolucionário não será breve, nem as insurreições do primeiro momento serão suficientes para superá-lo. Nesse período, serão vivenciados diversos regimes, mais ou menos imperfeitos, mais ou menos autoritários, mais ou menos maculados pela violência, injustiça e desigualdade.

Nada mais provável e mais natural! A humanidade continua seu caminho através de quedas e erros; e mesmo as quedas e os erros cumprem uma função útil, pois sem eles, sem as lições da dor que produzem, os homens não sabem aproximar-se da verdade. Pode acontecer, portanto, que a revolução nos dê resultados com os quais nós anarquistas não ficaremos satisfeitos: uma república mais ou menos socialista, uma ditadura mais ou menos tirânica, novos governos e novas explorações, privilégios ou injustiças de outro tipo, etc., e que tudo isso assume um caráter de necessidade devido à nossa fraqueza e à inconsciência das massas, porque em nosso meio ou fora de nós as forças inimigas ainda são muitas, porque o egoísmo cego e as superstições impedem a harmonia de vontades e interesses, porque em uma palavra; Ainda faltam as condições reais necessárias para a realização de nossos desejos.

Sobre Uma Confusão Oportunista

E bem, há aqueles que, diante dessas dificuldades, ignoram a si mesmos e seus próprios objetivos político-sociais para se ajustarem de agora em diante às dificuldades que vislumbram, para se comprometer com o erro e com a tirania. Como eles anteveem um estado de coisas imperfeito, eles o aceitam sem mais delongas, em nobre impaciência para sair do estado presente ainda mais imperfeito; eles veem o erro e o dano futuro e, como o consideram inevitável, tornam-se seus apoiadores. Assim, eles renunciam ao objetivo final do socialismo livre, do anarquismo comunista, para correr atrás de transações que lhes parecem necessárias; a república social, a república constituinte, a ditadura do proletariado, o socialismo marxista, acomodando-se assim não em fatos, mas em palavras, aos outros partidos, servindo a outros fins e outros interesses, relegando para outros tempos o melhor que eles têm em mente.

“Devemos então sacrificar o bem próximo para algo muito melhor e correr o risco de fazer o jogo dos inimigos do proletariado e da liberdade?” Eles se perguntam. E acrescentam o argumento eterno, apenas em si mesmo, mas que os oportunistas distorceram ao ponto da falsificação: *é preciso ser prático*.

Agora, a questão é realmente esta: é mais **prático** adaptar-se ao mal, mesmo que seja inevitável, ao erro mesmo que temporariamente imposto pelas circunstâncias, a ponto de se tornar seu partidário, ou, ao contrário, resistir ao erro e mal possível, mostrando-os em sua verdadeira luz e projetando continuamente nos fatos as soluções que acreditamos serem as melhores? Acreditamos que o segundo método é muito mais prático que o primeiro. Mesmo assim, as previsões sobre a direção que os eventos tomarão, tanto as nossas quanto as dos outros, podem estar erradas e então desmentidas pelos próprios eventos. Escolher um caminho que parece errado, baseado em previsões para o futuro, poderia nos levar a algum desastre pelo qual seríamos responsáveis justamente porque sabíamos de antemão o erro que aceitamos.

Mas fora isso e ainda que se confirmem as previsões mencionadas, é fato inegável que qualquer mal ou erro inevitável será verdadeiramente transitório e cessará o mais rápido possível, se houver quem lhes resista, quem mantenha viva a consciência do mal e do erro, dos danos que podem surgir, da necessidade de se libertar e acabar com eles o mais rápido possível. Se, pelo contrário, todos se adaptarem a esta situação e, antes mesmo que as circunstâncias a imponham com força, já se cria no povo um estado de espírito favorável ao erro, e entretanto aqueles que conhecem o melhor caminho para a verdade e a justiça renunciam ele com antecedência por medo do pior; o mal e o erro criarão raízes mais profundas, terão, portanto, meios adequados para se consolidarem e no dia em que você quiser derrubá-los, serão necessários esforços e sacrifícios incrivelmente mais dolorosos e mais duros.

Tudo isso não significa que se deva sacrificar, em homenagem a algo muito melhor, aquele pouco de bem-estar que pode ser obtido imediatamente; Isso não significa que a busca por maior liberdade e maior justiça deva assumir formas e manifestações que na realidade se tornem úteis à reação e possam ser exploradas pelos inimigos da emancipação operária.

Se, antecipando que o ponto mais provável de chegada da revolução seria uma república mais ou menos ditatorial ou socialista, renunciássemos a partir de agora ao nosso papel de anarquistas e nos uníssemos ao movimento e propaganda parlamentar ou socialista ditatorial, entretanto nos tornarmos nada mais do que uma duplicata inútil de outros partidos neste caso, de fato fecharemos nosso próprio caminho, deixaremos de ser uma força independente e seremos absorvidos pelos partidos governamentais de amanhã. Os anarquistas abdicariam, numa palavra, de suas funções de defensores da liberdade e promotores da revolução.

Para que os anarquistas possam exercer tais funções de promotores, é preciso que fiquem do lado de fora “empurrando o carro”, segundo uma expressão que Mazzini usava para seus apoiadores.

Assim, eles nunca poderão assumir as responsabilidades do governo, por mais revolucionário que seja ou afirme ser; suas mãos jamais estarão atadas, a ponto de serem obrigadas a agir contra suas próprias convicções ou não agir livremente de acordo com as mais diversas e imprevisíveis necessidades do momento revolucionário. Quando falamos em rejeitar responsabilidades, referimo-nos sempre àquelas que podem nos alienar das pessoas, fazer-nos perder o contato com elas, diminuir a simpatia; aqueles que podem nos retirar das posições avançadas para as da retaguarda; não as responsabilidades, entende-se, inerentes ao fato insurrecional e revolucionário contra a burguesia.

Devemos reafirmar que somos uma parte do futuro e não comprometer esse futuro com resignações de fato que nos prendem demasiado ao presente e são um obstáculo para avançar.

Sovietes ou Conselhos Operários

Diante da ditadura do proletariado, do governo revolucionário, nossa posição é, portanto, na oposição: uma oposição intransigente em princípio e na realidade, mais ou menos benevolente, mais ou menos ativa, com maiores ou menores tréguas, dependendo do que o governo é ou faz e de acordo com as necessidades impulsionadoras da luta contra as forças burguesas ou reacionárias, sobreviventes ou vindas do exterior.

Certamente a oposição a um governo ou ditadura operária, socialista e revolucionária, ao contrário de nossas convicções, não poderia ter o mesmo caráter da atual oposição, verdadeira hostilidade dos inimigos, ao governo e à ditadura burguesa. Pelo menos, não assumiria tal aspecto até que o chamado governo operário levasse ao extremo suas provocações liberticidas e se tornasse realmente um perigo para a revolução tão grave quanto o da reação burguesa.

O norte dos anarquistas em sua ação será acima de tudo o interesse da revolução. Para tudo o que os socialistas no poder fizerem de bem, haverá sempre a colaboração livre e voluntária, mas eficaz, de todos os revolucionários sinceros, incluindo os anarquistas, tanto no que se refere à luta contra a burguesia, como no trabalho de reconstrução e defesa do povo contra as necessidades e contra a fome.

“Estaremos com os socialistas (disse um jornal anarquista) enquanto estiverem na *oposição*; contra eles a *partir do momento* em que assumem o poder, *apenas juntando-se a eles na luta contra a reação e em defesa da revolução e ajudando-os ou apoiando-os em tudo o que eles fazem de bom e socialista*; combatendo-os honestamente, mas ferozmente no que fazem de errado, para extrair todo o conteúdo social-libertário da Revolução”.

Para tanto, acreditamos que muito mais do que polêmicas e formas de luta violentas e irritantes, muito mais do que palavras e afirmações dogmáticas, favorecerão os fatos.

Os anarquistas, onde quer que estejam em número suficiente ou tenham bastante simpatizantes e massas dispostas a seu favor, aproveitarão o desaparecimento dos organismos estatais e a conseqüente maior liberdade para proceder desde o primeiro momento à expropriação, destruir todos os resíduos de regimes autoritários, organizar a vida social em bases comunistas e libertárias, criar todas as formas possíveis de livre associação para satisfazer as necessidades de todos os tipos de trabalhadores, sem atender ordens contrárias que possam vir dos novos governos que vão emergir nas regiões mais atrasadas. E passarão a federar entre si, à medida que forem surgindo, essas instituições populares livres, a fim de constituir uma força, um baluarte da liberdade, ainda que minoritária, que mantenha a distância o novo poder e assegure a autonomia necessária a tais atividades práticas da iniciativa proletária e libertária.

O regime dos soviets, no sentido exato da palavra (e não, como aconteceu na Rússia, a expressão de um governo de partido ditatorial que subjugou, domou e subordinou os soviets, impedindo-os de qualquer vida livre e qualquer oposição) parece-nos que está muito próximo de um tipo de organização social como a que queremos ou, pelo menos, que já tem um conteúdo libertário para permitir uma evolução para a anarquia, através das modificações e adaptações sucessivamente sugeridas pela experiência e necessidade. *Os soviets representam na realidade — disse bem o anarquista italiano Luis Bertoni — o poder mais amplo, mais numeroso, direto e popular que se teve até agora na história, portanto o menos absoluto e tirânico, o menos ditatorial.*

Nesses novos organismos, decorrentes da ação direta do proletariado, nessas instituições de produção e distribuição organizadas e administradas pelos mesmos produtores e consumidores, *concebido livre de qualquer superposição de poder político, que passa a predominar nos soviets e se coloca acima do movimento autônomo dos trabalhadores* (como disse Malatesta), os anarquistas poderão desenvolver toda a sua ação precisamente para combater, dificultar, limitar pelo menos o poder arbitrário das ditaduras pessoais ou partidárias que eventualmente serão criadas dentro da revolução.

Nos soviets, os anarquistas e os revolucionários em geral poderão desenvolver plenamente sua dupla missão negativa e positiva: defesa da liberdade contra qualquer novo poder que se forme e reconstrução social em bases comunistas. Os soviets, suficientes por si mesmos, juntamente com as outras organizações proletárias, para todas as necessidades da vida em uma sociedade sem Estado, representarão a resistência popular, a livre iniciativa, o espírito de independência e o espírito de independência das massas; serão os núcleos autônomos de produtores, federados entre si, desde cidades ou vilas a províncias, há regiões, aos mais vastos territórios nacionais, a sindicatos internacionais, segundo funções, tipos de produção, serviços públicos, demandas de consumo e todas as necessidades que eles devem fornecer.

Defender sua autonomia das demandas e das invasões e explorações estatais será uma função necessária, eminentemente revolucionária, assim como anarquista, até o dia em que tal autonomia se complete

com a eliminação absoluta de qualquer Estado ou ditadura. Só então pode-se dizer que a revolução social triunfou completamente e a emancipação do proletariado, e com ela de toda a humanidade, foi realmente alcançada.

Esta é uma missão relativamente limitada, não há dúvida; mas para cumpri-la nunca teremos forças suficientes para nos darmos ao luxo de nos dedicarmos também a tarefas que não nos correspondem.

Sem dúvida, se faltassem as condições necessárias para o estabelecimento de um regime anarquista, surgiria qualquer governo, mais ou menos revolucionário, e, portanto, seria necessário que algum grupo ou partido assumisse essa missão de governar.

Já que fazemos tal verificação, devemos nós, anarquistas, assumir essa tarefa? Nunca! Se o rebanho humano ainda precisa de pastores, que ele o escolha onde quiser entre os elementos mais adaptáveis do que nós. Nós, que não queremos pastores, não queremos ser nem saberíamos ser. Continuaremos, portanto, contra todos os pastores, na medida em que eles próprios o mereçam, tanto mais hostis quanto mais propensos os vemos a usar o pau ou a tesoura. E, entretanto, começaremos a nós mesmos, desde o início, recusando-nos a ser oprimidos, espancados, tosquiados.

**“O Partido Revolucionário Por
Excelência Deve Ser Anarquista”**

Os marxistas sempre dizem que a “ditadura” será temporária, um estado de transição imperfeito, algo como uma necessidade dolorosa. Mostramos os erros e perigos dessa crença; mas dado e não dado que a ditadura é realmente necessária, será sempre um erro apresentá-la como uma meta ideal a ser alcançada, fazer dela uma bandeira a ser colocada no lugar da bandeira da liberdade. De qualquer forma, deve-se concordar que uma das condições *indispensáveis* para que tal ditadura seja provisória e temporária, de fato, para que não se consolide e não anuncie uma futura tirania estável e duradoura, isto é, para que possa parar o mais rápido possível, é que exista contra e fora dela uma posição alerta e enérgica entre os revolucionários, uma chama viva de liberdade, um partido forte que a impeça de se solidificar e a combata de tal maneira uma maneira de destruí-la assim que ela perder sua razão de ser ... se é que ela já teve uma!

A função natural do anarquismo, que lhe pertence por sua própria essência e por sua tradição, será representar na revolução essa oposição ainda mais revolucionária, essa chama da liberdade: o futuro, em uma palavra. Aqueles que temem que isso seja uma vantagem para a reação estão seriamente enganados. A contrarrevolução triunfaria se faltasse a tendência anarquista, sim! E ela nunca será demais. O espírito de revolta do anarquismo, instintivo ou consciente, foi a alma de todas as revoluções e mais ainda da revolução social. Que não terá nada a temer e tudo a esperar de nosso ciumento amor à liberdade, de nossa oposição racional e esclarecida a qualquer poder oficial que a superponha, porque será sempre uma oposição subordinada aos interesses superiores da própria revolução.

Os anarquistas nunca esquecerão que, até que a revolução derrote seus inimigos, todos os seus esforços devem ser dirigidos contra eles; e, portanto, defenderão a revolução, qualquer que seja sua orientação, das ciladas e assaltos das forças burguesas e reacionárias, com intransigência e ardor superiores a qualquer partido. Juan Bovio disse que o **partido revolucionário por excelência deve ser anarquista**. E assim será. A revolução pode ser feita, repetimos pela milésima vez, mesmo com uma orientação não anarquista, mas será tanto mais completa quanto mais anarquista; e se salvará de um retorno ao passado, de um salto para trás, isto é, terá triunfado completamente, somente quando tiver dado aos homens toda liberdade, impossibilitando qualquer dominação e qualquer ditadura de qualquer espécie e sob qualquer nome que é conhecido. É por isso que, continuando a luta pela anarquia e não pela ditadura, sustentando que a prática libertária da revolução é mais útil para o seu sucesso do que qualquer prática autoritária, temos a certeza não só de permanecer coerentes com o nosso ideal, mas também de ser e permanecer mais do que os outros grupos e partidos no reino da realidade; isto é, ser os melhores arquitetos práticos do triunfo da revolução.

Se nesta forte e profunda convicção os anarquistas vierem a ver seus esforços coroados de sucesso na revolução que se aproxima, eles não obterão nenhuma utilidade nem como indivíduos nem como uma coletividade militante, exceto o que obtêm em comum com outros homens, tornados mais livres, em uma sociedade mais rica, mais fraterna e mais justa.

O Anarquismo Militante e a Revolução Do Nosso Tempo

Todos os partidos políticos que surgiram das revoluções democráticas, desde o século XVIII até hoje, prometeram e prometem liberdade; mas todas as experiências democráticas mostraram, mesmo ao mais sincero, sua impotência e insuficiência, e finalmente culminaram em reação e tirania, se os próprios homens da democracia se tornaram reacionários e tiranos, se a inépcia de seu regime os fez ceder caminho para as forças que são inimigas da liberdade.

Duas causas tornaram inofensivas as experiências mais radicais e avançadas da democracia liberal: a economia capitalista que escraviza a grande massa que nada têm aos poucos possuidores, apesar das constituições mais livres em palavras; e a política de Estado que confia a guarda da liberdade dos cidadãos justamente às entidades, aos governos, cuja função é limitar e impedir a liberdade. Com a terrível guerra de 1914–18 e suas consequências reacionárias, todas as experiências democráticas, das mais moderadas às mais avançadas, terminaram em falência.

É por isso que chegou a hora dos anarquistas, que há mais de cinquenta anos intuem e demonstram que a liberdade só pode ser obtida com liberdade, pelo caminho da liberdade, com os meios da liberdade. Depois que os fatos deram sua razão negativamente, isto é, com o fracasso dos métodos opostos aos seus, chegou a hora de estarmos positivamente certos, colocando em ação os métodos que acreditamos serem os melhores e os únicos eficazes.

A Concepção Anarquista

Os anarquistas constituem o único partido político-social, e o primeiro da história, que possui um programa de liberdade integral, completo e coerente. A anarquia é no verdadeiro sentido da palavra, o *ideal de liberdade*.

O programa anarquista difere dos programas de todos os outros partidos, sobretudo porque não é um programa de governo, ou seja, não espera sua realização da conquista do poder político; nenhum governo poderia realizá-lo “por causa da contradição que não consente com isso”. Os anarquistas não dizem ao proletariado, ao povo: “Dê-nos o leme do Estado e nós lhe daremos a liberdade”. Ao contrário, eles dizem: “Nenhum poder governamental jamais poderá libertá-los, mesmo que nós mesmos o ocupemos; você só terá liberdade quando a conquistar por si mesmo, com seu esforço consciente e racional, sem esperá-la de cima; e uma vez conquistada, você só a manterá se souber organizar sua vida social de forma livre e igualitária, impedindo que qualquer poder coercitivo se forme entre vocês, e defendendo-se, com suas forças diretas, a liberdade que você conquistou, contra quem a assedia de dentro ou a ataca de fora”.

A liberdade, que é o fundamento, ponto de partida e chegada, e simultaneamente método de combate, do programa anarquista, é a única digna desse nome, pois é reivindicado como direito individual e coletivo, e afirmado como dever de conduta em todos os campos da atividade humana.

O anarquismo reivindica a liberdade do homem — de todos os homens — como indivíduo e como membro da sociedade, contra toda coerção política. Propicia, portanto, a eliminação de todas as instituições estatais ou governamentais que tenham caráter e função autoritária e dominadora, e a transformação das demais em organizações livres de relações sociais. A organização fechada, governamental e estatal dessas relações deve ser sucedida pela organização voluntária, por mútuo acordo, sempre rescindível, baseado em acordos recíprocos e ajuda mútua. A liberdade de cada um será a garantia da liberdade de todos; e cada um será, por outro lado, mais livre por causa da maior liberdade de que gozam todos os outros. Em tal ambiente qualquer capricho autoritário seria impotente, pois, por um lado, faltaria o privilégio da força e do poder adquirido para se impor aos outros, e encontraria também na liberdade de todos os demais, colocados nas mesmas condições de ação, a insuperável resistência e impedimento ao seu desenvolvimento.

Liberdade no campo moral e político seria uma palavra sem sentido, pelo menos para a grande maioria dos homens, se não fosse integrada ou, melhor, se não fosse baseada na liberdade mais abrangente no plano econômico. Não, entenda bem, aquela “liberdade econômica” preconizada por certos economistas burgueses, que entendem por isso o poder ilimitado dos capitalistas de explorar os trabalhadores e competir contra a produção e, portanto, contra todos os consumidores: isso usurpa o nome de liberdade, pois nada mais é do que arbitrariedade e privilégio.

A liberdade almejada pelos anarquistas no campo econômico é a liberdade do homem — de todos os homens — em sua qualidade de trabalhador e produtor e, conseqüentemente, também de consumidor, contra as coerções econômicas do capitalismo e o monopólio da propriedade: isto é, o fim da tirania sobre o assalariado, pela qual hoje a grande massa de trabalhadores despossuídos é escrava dos poucos detentores da riqueza social, os patrões, que com o torniquete da fome, eles o constroem a permanecer sob o jugo. A permanência dos trabalhadores, ou seja, da grande maioria dos homens, nesta condição iníqua e injusta de desigualdade e sujeição, é o que frustrou, sobretudo, os esforços heroicos das revoluções do século passado e tornou ineficaz e insuficientes todas as exigências de liberdade. A libertação do povo das cadeias da miséria é, portanto, uma condição indispensável para todas as outras liberdades, e será a primeira e melhor garantia, depois da revolução, contra o retorno aos antigos regimes autoritários e estatais.

A socialização da propriedade, isto é, a riqueza social subtraída do privilégio e do monopólio de uns poucos é convertida em patrimônio comum de todos os trabalhadores produtores, administrado pelos interessados por meio da organização livre e harmoniosa da produção e do consumo de acordo com as necessidades individuais e coletivas, é por isso que a concepção das relações entre os homens no campo econômico está mais em consonância com as demandas libertárias do anarquismo.

Tal concepção foi sintetizada por quase cinquenta anos — nos últimos congressos da primeira Internacional — com a fórmula do “comunismo anárquico”, mas isso não é entendido como um leito de Procrustes, reservados a priori e à força a todos os membros da sociedade, mas como resultado da livre experimentação e cooperação dos interessados, em relação às possibilidades, condições e necessidades

dos diversos momentos e do ambiente e, sobretudo, subordinados à persuasão e acolhimento de quantos devem realizá-la e vivê-la na nova sociedade.

Da atual sociedade de injustiça, exploração e tirania para a nova e mais justa sociedade de igualdade e liberdade, ela não desaparecerá, contesta-se, de um salto com o golpe de uma varinha mágica.

Evidentemente! A constituição anarquista da sociedade será o resultado de uma sucessão de progressos no sentido libertário, evoluções lentas e rápidas, revoluções mais ou menos violentas, derrotas e vitórias parciais, até retrocessos; e tudo isso através de vastos movimentos sociais e políticos, dos quais participarão todos os povos, e não apenas o fato do pequeno número de indivíduos que se proclamam anarquistas.

Mas seria um erro acreditar que todo esse movimento incessante de evolução e revolução entre os povos ocorre automaticamente, como se por uma força natural inconsciente independente da vontade humana. Ao contrário, tudo o que prevemos só acontecerá na medida em que houver homens que o desejem, mais ou menos claramente, mais ou menos completamente; e nós mesmos a antevemos precisamente porque a queremos, da mesma forma que o peregrino prevê a meta que alcançará precisamente porque quer alcançá-la e marcha para ela.

A Política Dos Anarquistas

Não negamos que no vasto movimento social, pelo qual a humanidade progride realizando-se, muitas forças operam, cegamente, por impulsos contraditórios, sob a influência de instintos e necessidades momentâneas, de paixões avassaladoras, de ações e reações que quase se poderiam dizer mecânicas, inconscientes ou muito vagamente conscientes. Mas também é verdade que essas forças, apesar de sua enorme quantidade, por si só não produziram progresso, e também poderiam significar regressão (e, de fato, às vezes determiná-lo). A imensa reserva de energias que há neles só se torna útil ao progresso na medida em que também há forças conscientes em seu meio; e ela se torna tanto mais útil e fértil quanto mais os instintos e impulsos são transformados em vontade consciente.

A missão da minoria anarquista, de seu movimento e de sua propaganda, é formar o maior número possível de consciências libertárias; que a necessidade de liberdade seja determinada cada vez mais fortemente nas massas; que a vontade de liberdade se torne cada vez mais difundida e consciente de sua meta e de seus caminhos. Esta minoria certamente não pode esperar tornar-se maioria antes da revolução (e talvez depois de mais de uma revolução), ou seja, antes que sejam removidos tantos obstáculos materiais, econômicos e políticos que impedem as grandes massas de uma visão clara de seu próprio interesse libertador; mas, quando atingiu força suficiente, pode ser a vanguarda que abre com um ato de vontade a porta que fecha os caminhos do futuro. É a partir de agora o fermento, o grânulo de fermento de que a Bíblia fala; e será ainda mais dentro da revolução em que representará, repito, com mais consciência do que todas as outras forças, a vontade de liberdade.

A partir de agora, e para isso, a política dos anarquistas — entendida a palavra “política” no sentido de agitação e ação revolucionária contra as instituições políticas dominantes — quer ser uma política de liberdade em todos os campos, mesmo nas menores manifestações de seu movimento. Onde quer que se reivindique qualquer direito à liberdade, por mais parcial que seja — liberdade de pensamento, expressão, imprensa, reunião, associação, manifestação, greve, experimentação social, etc. — há um posto de combate para os anarquistas, em solidariedade com todos os explorados e os oprimidos, com todos os rebeldes, contra qualquer manifestação política ou econômica da autoridade e dominação do homem sobre o homem. Com mais razão, portanto, haverá uma posição de combate para os anarquistas, em cada revolução, por meio da qual um povo ou uma classe subjugada se esforça para derrubar uma tirania, para alcançar um objetivo libertador.

Rumo À Revolução Da Liberdade

Mas tanto nas lutas parciais como nas gerais, nas pequenas e nas grandes, por iniciativa própria ou alheia, no seu movimento partidário como nos movimentos mais vastos, operários e do povo, nos próprios grupos e nas organizações de propaganda e ação, bem como nas associações proletárias e de classe mais amplas, os anarquistas mantêm constantemente sua conduta em diretrizes e bases de liberdade.

Liberdade, em primeiro lugar, do movimento contra todos os outros movimentos colaterais mais ou menos relacionados, no sentido de sua absoluta independência e autonomia. Não tendo objetivos materiais próprios, individuais ou partidários (além da emancipação de todos), o anarquista não sofre inveja: ele aprova e apoia toda demanda por liberdade de qualquer partido que proceda; mas, não tendo ligações ou vínculos políticos de interesse com nenhum partido, luta desimpedida contra todos os partidos e movimentos na medida em que representam obstáculos aos objetivos libertários e revolucionários.

A liberdade é o guia e a regra de conduta do anarquismo em seu desenvolvimento interno. Isso repudia o conceito de disciplina fechada e coercitiva que ele deseja ver substituído pela *disciplina moral e voluntária*, pelo livre consentimento recíproco. Repudia todas as formas de organização centralizada, autoritária, burocrática e hierárquica, e organiza suas forças com base na autonomia dos indivíduos nos grupos e dos grupos nas maiores associações: com base em um acordo livre para propaganda e luta, coordenado e cada vez mais amplo e estendido no tempo e no espaço. Assim, quando os anarquistas participam de outros movimentos e organizações, onde acreditam que sua própria intervenção é necessária e útil do ponto de vista anarquista e revolucionário, se não imprimem neles sua própria orientação, combatem neles todos os defeitos de autoritarismo que encontram.

Este é o caminho para a *revolução da liberdade*, — para uma revolução que não repita o erro (em parte inevitável, mas em parte também devido à cegueira dos revolucionários), de revoluções passadas: isto é, de uma revolução que no ato de derrubar uma tirania não lança, no solo fertilizado pelo sangue de tantos mártires e heróis, a semente fatal de uma nova tirania.

A revolução que se anuncia e que talvez a mesma reação estatal e capitalista está causando hoje com seus horríveis excessos pode ser libertária e, portanto, totalmente libertadora? Não sabemos; e é até legítimo duvidar disso, porque a mesma tirania, que pode causar a eclosão da revolta, não deixará de comunicar à revolução um pouco de sua morbidez autoritária. Isso não impedirá os anarquistas de saudarem com alegria tal revolução, por mais imperfeita que seja, nem de participar dela com toda sua força e entusiasmo; assim como não impediu até agora, e nunca impedirá, prepare e faça tudo o que puder para apressar seu advento.

Mas a preparação revolucionária dos anarquistas, hoje, como sua preparação para a revolução de amanhã, não tem e não pode ter um caráter passivo, de aquiescência aos efeitos autoritários que eles preveem daqui para frente. A partir de agora, ao contrário, eles opõem sua “concepção libertária da revolução” à concepção autoritária de todos os outros reformadores e revolucionários, seja o democrático que, entre outros, os socialistas legalistas apoiam, seja o despótico dos comunistas de Estado e os ditatoriais. Quando os anarquistas falam, então, de preparação revolucionária, não se referem apenas à preparação material para a queda das tiranias existentes, mas também a preparação para exercer toda a sua influência sobre a revolução com propaganda e exemplo, para que ela se torne a mais libertária possível mesmo no caso, hoje previsível, que sua orientação geral não seja inteiramente no sentido que eles querem.

É preciso que a revolução encontre no povo, tão difundido quanto possível, a necessidade e o sentimento de liberdade, para que constituam uma barreira contra as tendências naturalmente despóticas dos eventuais novos governos que se formam; e estes devem encontrar nas minorias conscientemente libertárias uma força de oposição moral e material organizada que, sem servir ao jogo das velhas reações à espreita, impedir sua consolidação e salvar a revolução da prisão e da morte a que qualquer poder estatal a levaria, ainda que surgisse de seu meio e fosse realizada em seu nome.

Enquanto a liberdade não for completa para todos, a revolução não terminará ou, se tivesse acabado, legaria a necessidade de uma nova revolução. E a bandeira da revolução dos vencedores do momento, senhores do governo, deve passar nas mãos das oposições mais avançadas que permaneçam fiéis à causa da liberdade — até o dia em que triunfe em uma humanidade fraterna que não já conhecem governantes e súditos, exploradores e explorados.

Justificativa Moral Para A Violência Revolucionária

Certamente, os defensores do atual estado de coisas têm algum direito ou razão de imputar aos revolucionários e à revolução os males que, no entanto, defendem freneticamente, quando falam de manias sanguinárias, fúrias destrutivas ou outras tolices semelhantes – eles que defendem um sistema de coisas que aniquila mais vidas humanas e destrói mais riquezas do que a revolução mais cara jamais poderia. Mas não é menos verdade que a revolução, pela própria força das coisas e pela necessidade de seu triunfo, sempre custará muito e não raramente se encontrará em contradição consigo mesma, isto é, com aqueles princípios de justiça, igualdade e de liberdade da qual partiu.

Por exemplo: uma das demandas básicas do anarquismo é o direito à vida. A primeira liberdade que os anarquistas — os “libertários” reivindicam para todos os homens é a liberdade de viver. Não poderia ser de outra forma. No entanto, a revolução, com suas revoltas, terá que passar por cima do corpo de seus inimigos: ou seja, será constituída por toda uma série de ataques à integridade física, à vida, aos inimigos do povo, e ao mesmo tempo, arriscará em suas lutas a vida de uma infinidade de revolucionários. Há, portanto, uma certa contradição momentânea, de fato, entre o fim, o ideal último do anarquismo, e os meios dos anarquistas revolucionários.

O mesmo raciocínio poderia ser feito em relação a todo o complexo da violência revolucionária. Quando este é um ato de libertação, sem dúvida tem sua justificação moral, pois em substância é um ato de autodefesa. Mas, mesmo nesse caso, mesmo quando se limita exclusivamente a destruir uma autoridade, não é por isso menos, em certo sentido, também um ato de autoridade. Isso fica claro se pensarmos que a violência revolucionária é sempre o ato de minorias que, levantando-se contra a violência de uma minoria inimiga, — a minoria dos privilegiados —, na verdade, eles impõem uma mudança de estado às maiorias apáticas, às maiorias que, por lei de adaptação, ontem se resignaram a ser oprimidas e exploradas e tendem basicamente a conservar em vez de mudar sua própria situação. E que, uma vez que o equilíbrio tenha sido quebrado pela violência revolucionária e uma nova situação tenha sido criada, eles poderão se adaptar à nova situação e ao fato realizado, e também consolidá-lo e regozijar-se com isso.

Isso, em teoria, pode estar em contradição com o princípio absoluto da liberdade; mas não se pode negar que é uma necessidade essencial de qualquer revolução e de qualquer progresso. Nunca devemos esquecer, aliás, quando examinamos problemas práticos, para resolvê-los na vida e com os meios que a vida nos oferece, que o absoluto está além de nossas possibilidades; que na vida e na luta tudo é relativo. O absoluto deve servir-nos de guia, de farol para o qual nos dirigirmos, irmos sempre para ele e não retrocedermos; mas se tivéssemos que nos mover apenas para realizá-lo de maneira completa, nos condenaríamos à eterna imobilidade.

A lógica pura da coerência absoluta não poderia, portanto, ser o objetivo de um verdadeiro revolucionário. Quando a revolução estourou, tudo deve estar subordinado ao triunfo da revolução, à necessidade de derrotar e aniquilar todas as forças inimigas. Esta é a única lógica, a verdadeira, possível para a revolução.

**Em Todos Os Casos: Participe
Ativamente**

A revolução é um pouco como o caos, feito de contradições, avanços e retrocessos súbitos, impulsos sublimes e atos desumanos, nos quais entram em jogo todas as paixões e todas as forças sociais e todos os instintos; e às vezes paixões e instintos que em tempos normais não se pode hesitar em condenar, numa revolução tornam-se coeficientes de sucesso e progresso. Muitas vezes, além disso, mesmos homens e grupos e facções que antes da revolução estavam completamente separados do movimento, hostis e também perseguidos pelos revolucionários, por interesse ou para fins egoístas menos plausíveis, aderem à revolução ou a favorecem. E os revolucionários conscienciosos devem também ter em mente essas forças, para poderem explorá-las sem repugnância sentimental; caso contrário, haveria o perigo de vê-los usados pelo inimigo.

Portanto, não é possível tomar fórmulas e programas em tempo de guerra real muito literalmente; e a revolução é uma guerra, a guerra dos oprimidos contra os opressores. Nesse sentido, todas as forças que enfraquecem, combatem e contribuem para destruir as forças inimigas devem ser utilizadas. Oh! Certamente, em um período revolucionário temos também o submundo, que se levanta para saquear; temos os ambiciosos que hipocritamente aspiram a destituir os atuais governantes para se colocarem em seu lugar; e às vezes estes conseguem se colocar à frente da revolução, limitando um pouco suas reivindicações e exagerando um pouco suas promessas. Isso cria a necessidade de se opor a esses germes latentes de reação sucessiva, mas nunca pode constituir um motivo para os revolucionários que os leve a obstruir a revolução e se afastar como se não estivessem interessados no assunto. Seria um verdadeiro crime contra a causa dos oprimidos!

Quando os prados estão secos, basta uma faísca para que o fogo se proceda.

O interesse e o dever dos anarquistas será participar da revolução, seja qual for a forma que ela eclodir, dar-lhe tanto quanto possível uma orientação socialista e libertária, conquistar lutando contra a força moral e material com a qual mais tarde se oporá a quem quiser explorar e desviar o movimento. É preciso comprometer-se com atos resolutos de expropriação e destruição, a própria revolução aos olhos de quem gostaria de reduzi-la a um simples “saia daí para que eu possa me meter”; ou seja, é necessário tornar impossível a reconciliação dos revolucionários mais moderados com o antigo regime, para que a revolução vá o mais longe possível e aprofunde o abismo entre o passado e o futuro.

Imaginemos que a revolução estoure muito em breve, muito antes (como é mais do que provável) que as chances psicológicas e materiais de vitória dos anarquistas tenham sido criadas. Fora da anarquia, a revolução poderia ter três orientações diferentes: republicana-burguesa, social-democrata, comunista-ditatorial. Todas essas três hipóteses têm elementos a seu favor e também contra elas; é inútil aqui fazer previsões. Mas admitamos qualquer uma dessas hipóteses: devem, portanto, os revolucionários anarquistas, só porque o movimento terá, em prevalência, uma bandeira diferente da deles e adversa a eles, se afastar desdenhosamente, esperando muçulmanamente que a revolução se torne anarquista por conta própria? Se o fizessem, marcariam, como partido militante, seu próprio suicídio, e distanciariam muito o dia do triunfo de seus próprios princípios.

Pelo contrário, portanto, os anarquistas participarão ativamente da revolução, qualquer que seja sua orientação e como seus eventuais juizes a influenciem: *em todos os casos*. E eles podem ter certeza de que, mesmo quando suas próprias reivindicações libertárias e igualitárias não triunfam, eles estarão mais próximos da vitória quanto mais enérgicos e ativos forem seus partidários na revolução, quanto mais impregnarem a revolução com suas próprias ideias e tendências. Com sua própria participação na revolução, eles terão adquirido força moral e material suficiente, pelo menos, para represar o autoritarismo alheio, para impedi-lo de ultrapassar certos limites, para obter finalmente da revolução os maiores frutos possíveis, utilizáveis depois, no interesse do proletariado e da futura vitória anarquista.

Qualquer que seja o poder político que consiga vencer a revolução, esta, por sua ação corrosiva e devastadora, sempre ferirá, pelo menos no início, todas as autoridades mais fracas e abaladas; e a missão da oposição anarquista será justamente impedir que essas autoridades se reforcem, aproveitando-se de sua fragilidade para constituir seus próprios núcleos e organismos de vida autônoma e prolongar ao máximo o exercício da liberdade. Ele poderá fazê-lo se durante a revolução tiver conseguido se afirmar, aumentar seu prestígio, conquistar a adesão de massas maiores, dando exemplo de luta, ataque, sacrifício, mas sem ser cegamente absorvido ou explorado pelos outros partidos, mas sempre preservando sua própria fisionomia distinta e suas características como movimento e como partido da liberdade.

A afirmação de Proudhon de que “a melhor maneira de evitar os danos de uma revolução é participar dela” é especialmente valiosa aqui: que a participação dos revolucionários mais avançados e idealistas na revolução é o melhor meio possível para fazer a revolução se desenvolver da maneira mais conveniente para os interesses das classes oprimidas e para a causa da liberdade e da justiça social.

**Não Pode Haver Revoluções
“Puras”**

A avaliação da revolução não pode ser inferida, portanto, como fazem os reacionários e os socialistas legalistas por várias razões, dos danos materiais causados pela própria revolução, do número de vidas humanas consumidas, das suas inevitáveis contradições com os princípios abstratos, das intenções particulares dos vários grupos que a ele aderem, dos erros e também da falta de jeito com que o movimento insurrecional pode ser manchado, mas apenas por causa da orientação geral que pode fazer prevalecer nela, pelos resultados morais e materiais que pode dar, de modo que seu triunfo seja seguido por uma elevação e ganho de liberdade e bem-estar para o povo. É necessário também que uma eventual derrota tenha como consequência um passo em direção a uma sucessiva revolução vitoriosa, e que constitua na história uma afirmação enérgica da vontade popular que aspira a uma civilização superior, entendia esta palavra “civilização” não no sentido burguês e convencional, mas no sentido anarquista de uma justiça mais ampla para todos, de uma elevação das massas, seja moral ou material, seja intelectual ou política.

Reacionários e conservadores falam com frequência e de bom grado, em tempos de revolução, do submundo e dos “bandidos”. As revoluções de 89, 48 e 71 na Europa, e a última na Rússia, para ouvir os cronistas moderados da época, foram repletas de atos de banditismo. Contudo; Mesmo sem levar em conta o fato de que muitas vezes os “bandidos” eram para eles apenas os verdadeiros revolucionários, é verdade que as revoluções trazem à tona muita escória social, muitas forças obscuras que não eram muito nobres em sua origem. É isso que significa?

Pode-se dizer, entre outras coisas, que os chamados “undergrounds”, onde a revolução automaticamente recruta parte de suas milícias, são também um povo, mesmo a parte mais infeliz do povo, aquela que em tempos normais mais sofre com o regime de opressão e exploração, e que são consequência da estrutura social injusta. A revolução também é feita para eles, para sua redenção, ou de seus descendentes, da brutalidade e do crime que a opressão política e econômica tende a perpetuar. Mas esta consideração doutrinária e humanitária tem um valor secundário em comparação com a consideração mais importante de que a revolução é um cadinho que não pode escolher previamente a madeira que vai queimar e o metal que vai derreter. Produz-se independentemente da vontade dos promotores e dos combatentes individuais, pondo em jogo todas as forças, todas as vontades, todas as paixões, todos os instintos, todos os ideais e todos os interesses que nela encontram eco, e não poderia ser diferente.

Quem não quer assim não é revolucionário, não é verdadeiramente inimigo dos opressores e exploradores, mais do que ... em teoria. Aquele que queria fazer uma revolução como um contrato é executado, aquele que queria medir exatamente a entrada e a saída, aquele que queria separar a lenha boa da danificada no grande incêndio e quase a concebeu como uma fogueira estética com plantas perfumadas, ele deve resignar-se a sofrer o mundo ignóbil como é hoje, ou seja, a suportar para sempre os inúmeros males causados pela injustiça social (tantos que, em comparação, a mais miserável revolução não poderia produzir mais), pois uma revolução ideal — mesmo anarquista —, mas regulada, ritmada e equilibrada, concebida sob a orientação de preocupações abstratas, por mais nobres que sejam, nunca se realizará.

No entanto, a própria revolução tem uma virtude moral e enormes consequências morais. A eficácia da revolução no sentido das ideias do anarquismo estará diretamente relacionada à preparação prévia feita pelos revolucionários, com o que souberam impregnar as ideias e os sentimentos socialistas e libertários no movimento social e naqueles ambientes e classes que certamente serão arrastados pelos acontecimentos para a órbita revolucionária. Isso deve ser levado em conta pelos homens de ideias, ao traçarem sua missão de homens de ação, que consiste também e sobretudo em preparar as condições materiais e morais e os meios para que a revolução social ocorra o mais rápido possível e seu triunfo definitivo seja o mais certo possível.

Pode-se dizer que a revolução é para a humanidade o que uma intervenção cirúrgica é para um organismo doente, que, ao remover dolorosamente alguns tumores malignos do paciente, ao preço desta dor relativamente momentânea, salva todo o organismo da morte e poupa-o por um longo período sucessivamente de sofrimentos infinitamente mais dolorosos e mais longos, permitindo-lhe saborear, com tranquilidade reconquistada, as alegrias superiores do cérebro e do coração.

Educação Prática Para A Revolta

O efeito moral, bom segundo os anarquistas, da revolução é, antes de tudo, generalizar o espírito da revolta, não só a revolta material — sem a qual não há revolução possível —, mas também a revolta contra as velhas ideias até então consideradas como mais sagrado e inviolável; não só a revolta contra as instituições, mas também contra o espírito dessas instituições.

Antes da revolução, as maiorias sociais dormem ou quase dormem, sofrem todos os males causados pela má organização econômica e política, mas os suportam como inevitáveis, e só quando o desespero os empurra violentamente é que ele irrompe em movimentos convulsivos, logo esgotados. Os revolucionários podem, em tempos normais, influenciar apenas indiretamente essas maiorias amorfas; podem torná-los um pouco simpáticos ao seu trabalho, torná-los menos hostis às suas ideias; mas mais do que isso dificilmente conseguem. A propaganda consegue converter e atrair para a órbita do movimento de mudança social apenas a um certo número de indivíduos que deveriam tentar ser o mais numerosos possível, mas seria uma ilusão acreditar que eles se tornarão a maioria antes da revolução. A lógica das ideias, mesmo as mais belas e claras, só convence aqueles que o temperamento, o ambiente e outras circunstâncias especiais tornam permeáveis à propaganda. As maiorias não se deixam converter senão pelos fatos. Não só isso. Mas enquanto existirem as instituições do privilégio e da opressão, certas superstições morais que se formaram ao longo dos séculos continuam sua influência também sobre aqueles que dizem seus adversários em palavras. O prestígio que emana da autoridade constituída, seja a autoridade do governo ou a do empregador, recebe também a homenagem inconsciente de grande parte da classe trabalhadora que já adquiriu uma consciência relativamente livre. Qualquer um que vive entre o povo sabe sobre isso.

É de se esperar com simples propaganda e também com simples organização de classe derrotar e demolir esse prestígio sobre as multidões que emana do poder constituído da sociedade burguesa, e derrotá-lo também nas maiorias amorfas, quando é tão difícil diminuí-lo nas mesmas minorias já parcialmente conquistadas pelo nosso movimento? Não! A nova consciência humana, livre de toda submissão espiritual à autoridade patronal e governamental, só se formará com a destruição dessa autoridade. A revolução será neste sentido a grande educadora das massas populares. A destruição material não será suficiente, nem mesmo completamente; mas o fato novo, a falta do que pode alimentar o espírito de submissão, criará as melhores condições para o desenvolvimento do espírito de liberdade e igualdade.

Utopias Reformistas

Onde a propaganda doutrinária e pacífica não chega, a propaganda do fato revolucionário alcançará resultados que hoje são inesperados. Isso significará a entrada da maioria em um novo ambiente, onde finalmente se fizeram as palavras da justiça social: a realidade penetrará em todos os corações e em todos os cérebros. Antes, seria realmente utópico sonhar com tal resultado.

As pessoas que propagandeiam o anarquismo são muitas vezes contestadas por causa da falta de preparação das massas para a liberdade, sua falta de educação, para a qual uma sociedade sem governo parece impossível. De fato, antes da revolução dada a psicologia coletiva determinada pelo ambiente atual, pode-se dizer muito bem que nem mesmos anarquistas declarados poderiam viver em livre cooperação. O fracasso de tantas experiências de vida comunitária livre, nas várias tentativas de colônias libertárias, prova isso, assim como a impossibilidade no meio da burguesia de se isolar dela e escapar dos mil tentáculos de sua influência política. Mas a eficácia educativa da revolução não é levada em conta na objeção mencionada.

A educação para a revolta, que antes da revolução é exercida pelas ideias de liberdade nas pequenas minorias, e também nestas com relativa eficácia, só pode ser promovida pela revolução além dos estreitos limites permitidos pelo atual ambiente autoritário e capitalista, fazê-la ganhar terreno no meio das mais vastas coletividades, entre as maiores massas populares e proletárias, desde que, é claro, a revolução saiba ser digna de seu nome, isto é, não apenas na derrubada de um antigo poder em benefício de um novo poder, mas na audaciosa demolição de todo poder, isto é, na verdadeira e própria revolução da liberdade.

Não acreditamos em milagres e, portanto, não atribuímos efeitos mágicos à revolução. Os oponentes dos anarquistas, especialmente os socialistas eleitorais, muitas vezes os acusam de “milagrosos” (revolucionários), mas devem reconhecer que, em todo caso, o voto eleitoral e a conquista dos poderes públicos têm uma eficácia menos ... milagrosa do que a atribuída à revolução.

Os efeitos morais e educacionais que os anarquistas esperam da revolução são muito mais lógicos e razoáveis, previsíveis por alguém que conhece um pouco da história das revoluções passadas e um pouco de psicologia popular.

Hoje, no sistema de cada um por si e ... o governo para todos, a autoridade de cima substitui e impede parcialmente a solidariedade de baixo. Sem autoridade, as pessoas se sentirão mais solidárias, como quem não tem um ponto de apoio, instintivamente estende a mão para seus vizinhos. A maior necessidade, em estado de liberdade, de apoio mútuo, determinará um maior desenvolvimento do amor e do respeito recíproco entre os homens.

Aqueles que em tempos de revolução temem o desencadeamento das paixões, a expansão da violência individual e coletiva, o roubo irracional, o saque destrutivo, o estupro, o assassinato etc., esquecem a história das revoluções.

Outro efeito moral da revolução é este: que ela desperta no povo energias individuais e coletivas desconhecidas até o dia anterior; e novos indivíduos são realmente formados nele, gênios e engenhos até então adormecidos ou ocultos são revelados. A revolução em geral eclode após um período de crise e depressão, ou após certos booms característicos que às vezes precedem os furacões. E o furacão social passará, renovando e purificando, trazendo à tona forças que nada mais pedem do que um empurrão enérgico para a supernatação; enquanto tantas mediocridades que hoje se movem pela força da inércia na lagoa pútrida afundarão no nada. Será o mesmo com certos metais que só podem ser obtidos à força de fusão a temperaturas fabulosas; o fogo febril da ação revolucionária valorizará energias jovens que de outra forma não poderiam se manifestar, energias não só de destruição, mas também de reconstrução, renovando-se sob todos os pontos de vista intelectual e material.

Não se trata de retórica solta sugerida por fantasia e fé cega. Abra a história de todos os povos e você verá os períodos mais revolucionários sempre caracterizados por um enorme despertar da intelectualidade humana, para o progresso de todos os tipos, para descobertas científicas e ousadia filosófica, para melhorias econômicas e para o aparecimento aparentemente milagroso de gênios na arte ou na política, na ciência ou na indústria.

**A Revolução Obriga A Escolher
Uma Posição De Luta**

A revolução, precisamente porque dissolve todos os laços artificiais e autoritários que em tempos normais neutralizam as forças e deixam inativo o espírito de iniciativa da maioria, torna necessária a participação de todos os indivíduos na vida pública; Primeiro, obriga-os a escolher um lugar na luta, já que dificilmente permite que alguém se retire completamente – e então é natural que mesmo os mais preguiçosos entre os oprimidos, aqueles que mais tendem a se adaptar ao meio ambiente, a se adaptar à revolução, que é feita em seu interesse – então os impele a lidar, sob o impulso da necessidade, com tudo o que se refere à vida econômica e social. Todos estão interessados, impelidos pelo próprio instinto de conservação, a buscar com os outros os meios comuns, em meio à tempestade, para garantir o pão e a segurança da vida.

É por isso que a esperança que os anarquistas depositam em uma revolução social contra as atuais dominações burguesas não é infundada, e é até razoável e segura: a esperança não só de uma melhoria material nas condições de vida das grandes massas trabalhadoras, escravas da servidão assalariada e submetidas à arrogância do Estado, mas também a esperança de que a revolução complete o trabalho de educar o senso de justiça, liberdade e solidariedade entre as maiorias oprimidas que hoje podemos exercer apenas com uma minoria relativamente pequena; a esperança de que a revolução desperte ou crie as energias ativas e o espírito de iniciativa necessários para o estabelecimento de uma melhor ordem social; a esperança de que no cadinho da revolução se forme a nova consciência da humanidade.

Biblioteca Anarquista



Luigi Fabbri
Revolução não é Ditadura
A Gestão Direta das Bases do Socialismo

es.theanarchistlibrary.org

Titulo Original: *Revolución no es dictadura – La gestión directa de las bases en el socialismo.*

Tradução e Revisão por André Tunes @**Nucleo de Estudos Autonomo Anarco Comunista.**

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org